

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
DEZASSEIS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE**

--- Aos dezasseis de novembro de dois mil e quinze reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas dez horas, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, estando ainda presentes Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves e Nélia Maria Gouveia Vieira Aguiar, como Primeira e Segunda Secretárias, bem como os seguintes Deputados Municipais: -----

--- **Grupo Municipal Mudança** - António José Gouveia Gomes (PS), Carlos Alejandro da Câmara Figueira (PTP); Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira (PS); Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar (PS); Guida Maria Barcelos Martins (PS); Guido Marcelino Mendonça Gomes (PS); José Gabriel Pereira Oliveira (PS); José Juvenal Nunes Rodrigues (PS); Manuel Nélio Vicente Pereira (PS); Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira (PS); Pedro Filipe da Silva Marques (BE); Roberto Paulo Ferreira Vieira (MPT); Sérgio Juvenal de Jesus Abreu (PS) e Sílvia Maria Mota Marques Ferreira (PAN). -----

--- **Grupo Municipal do CDS/PP** – Américo João da Silva Dias; Gonçalo Nuno Pimenta Camacho; Lino Ricardo Silva Abreu e Luís Gonçalo Pereira Carolino. -----

--- **Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU** – Herlanda Maria Gouveia Amado; José Carlos Rodrigues Ferreira e Lisandra Rubina Correia dos Ramos Ribeiro. -----

--- **Grupo Municipal do PPD/PSD** – Ana Patrícia Correia Brazão de Castro; Carlos Alberto Rodrigues; Carlos Miguel Encarnação Gonçalves; Gustavo de Assis Soares Coelho; José Agostinho Freitas Baptista; José António Freitas Rodrigues; Luís Miguel Moura Sousa; Marco Alexandre R. P. Fernandes; Marisa Maria Pereira dos Santos e Costa; Pedro José Jardim Gomes; Pedro Miguel Abreu Santos Gouveia; Raquel João Martins da Silva; Rosa Maria Lopes Cravidão Gouveia de Oliveira; Rui Alberto Garanito Santos; Rui Nuno Barros Cortez e Sílvia Marlene Pereira Rodrigues. -----

--- **INDEPENDENTES** – Ana Patrícia da Silva Oliveira; Donato Paulo Vares Macedo e Eduardo Pedro Welsh.-----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, e dos (as) Senhores (as) Vereadores (as): Idalina Perestrelo Luís, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Énio Dionísio Vieira Martins, João José Nascimento Rodrigues, José Manuel Sousa Rodrigues, Paulo Alexandre Atougua Aveiro e Vanda Maria de Fátima de Sousa França Correia de Jesus.-----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal.-----

--- **Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** abriu a sessão, dando conhecimento do seguinte expediente: -----

1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO: -----

1.1. O Deputado Municipal Edgar Gomes Silva, eleito pelo PCP/PEV, foi substituído por Lisandra Rubina Correia dos Ramos Ribeiro. -----

1.2. O Deputado Municipal Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues, eleito pelo PCP/PEV-CDU, foi substituído por José Carlos Rodrigues Ferreira. -----

1.3. A Senhora Deputada Municipal Maria Idalina Fernandes Silva, Presidente da Junta de Freguesia do Monte, eleita pelo PPD/PSD, foi substituída por José Agostinho Freitas Baptista, Secretário da referida Junta. -----

1.4. A Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, eleita pela Coligação Mudança, indicada pelo BE, foi substituída por Pedro Filipe da Silva Marques. -----

1.5. O Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, eleito pelo PPD/PSD, foi substituído por Ana Patrícia Correia Brazão de Castro. -----

1.6. A Deputada Municipal Maria Elisabete Mendonça Andrade, eleita pelo PPD/PSD,

foi substituída por Gustavo de Assis Soares Coelho. -----

1.7. O Deputado Municipal Carlos Alberto de Freitas Andrade, eleito pelo PPD/PSD, foi substituído por Sílvia Marlene Pereira Rodrigues. -----

1.8. A Deputada Municipal Filomena Maria Teixeira Gonçalves, eleita pelo CDS/PP, foi substituída por Luís Gonçalo Pereira Carolino. -----

2. RENÚNCIA DE MANDATO: -----

2.1. O Deputado Municipal João Valdemar Berenguer, eleito pela Coligação Mudança, indicado pelo PTP, foi substituído por Sílvia Maria Mota Marques Ferreira, indicada pelo PAN. -----

3. EXPEDIENTE: -----

3.1. Convites enviados ao Presidente da Assembleia: -----

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Machico enviou um convite, para a Sessão Solene do Dia do Concelho, que se realizou no dia nove de outubro de dois mil e quinze. -

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Câmara de Lobos enviou um convite, para a Sessão Solene do 180º Aniversário do Município, que se realizou no dia dezasseis de outubro de dois mil e quinze. -----

- O Senhor Presidente do Núcleo da Liga dos Combatentes do Funchal enviou um convite, para as Cerimónias comemorativas do 97º Aniversário do Armistício da Grande Guerra, do 41º Aniversário do Fim da Guerra do Ultramar, do 92º Aniversário da Liga dos Combatentes e Evocação do Centenário da Grande Guerra, que se realizou no dia onze de novembro de dois mil e quinze. -----

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Funchal enviou um convite, para a inauguração da ligação do Beco do Paiol à Rua do Paiol (com início na Rua do Paiol, junto à Liga dos Combatentes), que se realizará no dia dezoito de novembro de dois mil e quinze.

--- Por esta ocasião o **Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu**, do GMM pediu

uma interpelação à Mesa para apresentar o Voto de um minuto de silêncio pelas vítimas do atentado que ocorreu no dia treze do corrente em Paris. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** acedeu ao pedido fazendo-se de seguida um minuto de silêncio. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que deu entrada nos serviços administrativos daquela Assembleia o pedido da munícipe Maria Isabel de Freitas, para intervir no período de intervenção ao público, sendo-lhe dada a palavra. -----

Esta começou por dizer que recorre àquela Assembleia no intuito de lhe ajudarem a encontrar uma solução para o seu problema, que já se arrasta há dois anos, embora quando o expôs na Câmara lhe tenham informado que o mesmo seria resolvido o mais breve possível. -----

Assim, o mesmo consiste no seguinte: -----

- O vizinho colocou uma chapa no muro da sua residência, que vai batendo quando está vento não deixando ninguém descansar, principalmente durante a noite, causando perturbações no seu sistema nervoso, bem como no dos seus familiares. Construiu ainda, dois anexos clandestinos e lava os dejetos dos dez cães que possui, para a via pública. --

Como tal, a Saúde Pública já se inteirou do assunto e informou a CMF e a Junta de Freguesia de São Pedro. -----

Reconheceu também que teve problemas com obras ilegais na sua moradia, embora considere que não foi diretamente a responsável, mas sim o empreiteiro que as executou, encontrando-se no momento, tudo legalizado porque acatou as orientações e decisões da Câmara. Contudo, lamenta que a Autarquia não tenha para com o seu vizinho, o mesmo procedimento que teve para consigo, continuando assim o mesmo a desrespeitar a vizinhança e aquela instituição pública. -----



--- O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para esclarecer a munícipe interveniente, começando este por dizer que de facto tem conhecimento daquele assunto, e que o mesmo não é de fácil resolução porque não há entendimento e bom senso entre o reclamante e o reclamado naquela matéria. -----
Sobre as obras ilegais executadas pelo reclamado, a Autarquia já o notificou por duas vezes e se o mesmo não acatar com as mesmas a Câmara irá seguir por via judicial. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** enunciou que deram entrada nos serviços administrativos daquela Assembleia para o PAOD, três propostas apresentadas pelos seguintes grupos: GMM e Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU -----
Depois anunciou que a Primeira Secretária da Mesa será substituída pelo Deputado Municipal José Gabriel Pereira de Oliveira, do GMM, por esta estar inscrita para apresentar um Voto de Louvor. -----

INSCRIÇÕES: -----

1 – O Senhor Deputado Municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes, do GMM apresentou o **Voto de Pesar**, proposto pelo GMM, **Pela morte do Padre Gabriel Arcanjo de Sá**, que se transcreve: "Faleceu no passado dia 11 de novembro, o Padre Gabriel Arcanjo Sá, que também exerceu a função de Perfeito do Seminário do Funchal, e de Professor, marcando várias gerações com a sua atividade, que sempre se pautou de serena, repleta de integridade, valores e princípios. -----

O Padre Gabriel Arcanjo Sá foi um excelente desportista da modalidade de Voleibol, um professor e um pároco dedicado, primeiro na Freguesia da Ponta Delgada, durante um ano, de setembro de 1969 a setembro de 1970, e desde o final da década de setenta até 2009 das paróquias do Coração de Jesus (Boa Nova) e Bom Sucesso, ambas localizadas na Freguesia de Santa Maria Maior, na cidade do Funchal. -----

Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal do Funchal delibere o seguinte: -----

1. Aprovar o presente "Voto de Pesar" pelo falecimento do Padre Gabriel Arcanjo de Sá, guardando um minuto de silêncio em sua memória; -----

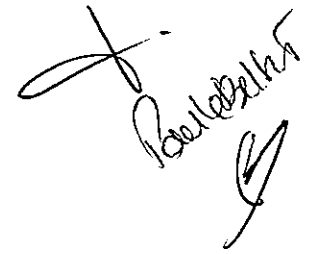
2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste "Voto de Pesar". -----

2 – O Senhor Deputado Municipal José Carlos Rodrigues Ferreira, do PCP/PEV-CDU

expôs o **Voto de Solidariedade**, proposto pela sua bancada, **para com os municípios e municípios algarvios afetados pelo mau tempo**: "O mau tempo, nomeadamente a forte precipitação, que fustigou a Região do Algarve no domingo, dia um de novembro de dois mil e quinze, teve como consequência a destruição de bens e haveres, a perda de vidas humanas, o desalojar de famílias, assim como inundações que afetaram desde estradas a habitações, passando por garagens e estabelecimentos comerciais, afetando comunicações e deixando um rasto de caos e catástrofe que afetou especialmente os concelhos de Loulé, Albufeira, Faro e Portimão, onde, também, não podem deixar de ser contabilizados os avultados prejuízos quer para os Municípios afetados, quer para o tecido comercial local e a indústria hoteleira e turística tão presentes na região algarvia. -----

Esta situação de calamidade natural vem acrescentar mais um conjunto de adversidades e prejuízos diversos quer para as populações, quer para a atividade económica, num período em que a conjuntura económica nacional aponta para a continuidade das dificuldades e dos constrangimentos das famílias, dos trabalhadores, do comércio tradicional e dos micro e pequenos empresários. -----

Urge rapidamente tomar as medidas e apresentar soluções para uma rápida intervenção no sentido de garantir assistência e apoio a todos os afetados, em simultâneo com passos para a reconstrução/reparação das estruturas e equipamentos danificados ou destruídos.



Assim, face ao exposto, a Assembleia Municipal do Funchal, reunida em sessão no dia dezasseis de novembro de dois mil e quinze, manifesta a sua profunda solidariedade para com os Municípios algarvios afetados e para com as suas populações, na expectativa de que, de uma forma rápida e célere, sejam encontradas as formas e disponibilizados os meios necessários para fazer face aos danos e prejuízos acumulados, de maneira que a normalidade regresse a estas localidades e ao dia a dia das populações e das suas mais variadas atividades". -----

3 - O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP aproveitando em termos regimentais o PAOD e na qualidade de Presidente da Comissão Permanente do Conselho Municipal de Juventude do Funchal, quis transmitir e sublinhar aos restantes colegas municipais o excelente trabalho, esforço, dedicação e perseverança que aquela Comissão de trabalho tem vindo a fazer e de acordo com algumas reuniões de trabalho já encetadas com a Senhora Vereadora do Pelouro da Juventude, do Desporto e do Emprego, Dra. Madalena Nunes, destacando assim alguns dos trabalhos desenvolvidos por aquela Comissão: -----

- Plano de Atividades aprovado no CMJF - preparado e planeado durante um mês pela Comissão Permanente suprapartidária, sobre proposta do CMJF para a Câmara Municipal do Funchal. -----

- Passeio de Catamaran – atividade que faz parte do Plano de Atividades atrás mencionado, com o convidado interveniente, Professor Thomas Dellinger, que os elucidou um pouco sobre a parte das espécies marinhas no litoral do Funchal, e que foi realizado com elevado nível de participação, ultrapassando até as expectativas por parte da adesão dos jovens do Concelho do Funchal, o que demonstra que quando os jovens são chamados a participar, integram-se nas atividades sejam da Câmara Municipal, do CMJF ou oriundas de alguma entidade da sociedade civil. -----



Por isso, sublinhou também todo o esforço e toda a dedicação das Associações de Estudantes, das Associações sem fins lucrativos, dos Escuteiros e de todos os grupos municipais pela importância que, para além das questões políticas, com um elevado nível de diálogo e concertação, deram a esta causa da Juventude destacando em primeiro lugar o fenómeno da Juventude e da participação cívica dos jovens na participação do CMJF. -----

Por fim, destacou também o diálogo e concertação que com certeza irão ter com o Senhor Presidente da Câmara naquela matéria. -----

4 - A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU

começou a sua intervenção colocando ao Senhor Presidente da Câmara algumas questões relacionadas com o Património da Cidade do Funchal: -----

- Qual o ponto da situação em relação ao Museu da Cidade do Açúcar? -----

- Para quando a Carta do Património e a sua publicação? -----

- Qual é o resultado do acompanhamento arqueológico de zonas como a do Castanheiro, do Seminário e do prédio que já foi um convento situado na Rua dos Netos? -----

Pedi também um esclarecimento sobre uma informação que lhes foi transmitida por alguns funcionários que trabalham na Estação de Tratamento dos Viveiros daquela Autarquia, em que têm vindo a ser alvo de multas por parte da PSP, por estacionarem as suas viaturas junto da Estação nos locais reservados e identificados para os funcionários que ali trabalham. -----

Concluiu reafirmando que em relação àquilo que já tinha sido colocado numa sessão da Assembleia Municipal anterior, sobre o Voto da Causa Animal, o que estava em causa não era o conteúdo do voto mas sim a questão processual. Por isso, como não podia deixar de ser, estão plenamente de acordo com aquilo que está expresso naquele Voto de Louvor, pelo que irão votar favoravelmente. -----



5 - A Senhora Deputada Municipal Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves, do GMM apresentou o seguinte Voto de Louvor: “Apesar de ter já apresentado este Voto de Louvar na Assembleia Ordinária de setembro último, a sua votação será feita hoje pelo que faz sentido apresentá-lo de novo lembrando-vos os factos que me motivaram. Com muita pena minha os homenageados não poderão estar hoje presentes por terem compromissos inadiáveis. -----

No passado dia vinte e dois de Setembro e, na sequência de um alerta dado por um casal de turistas alemães, foi solicitada a intervenção da Associação animal alemã - *Vamos Lá Madeira*, representada por Lúcia Kleber, que se juntou à Ajuda a Alimentar Cães, numa operação de resgate de um cão acorrentado, ferido e em estado de magreza extrema, em ambiente de grande hostilidade para com as voluntárias. -----

Esta operação foi acompanhada pela agente Sandra Martins e pelo agente Duarte Teixeira, da Esquadra da PSP de Câmara de Lobos que, de forma competente e emocionada garantiram a segurança dos membros das associações envolvidas, contribuindo para o sucesso do resgate. Este voto de louvor é também dedicado ao seu contributo. -----

Graças à sua rápida e pronta intervenção foi possível salvar mais um animal maltratado e negligenciado, dando-lhe a possibilidade de uma nova vida com dignidade. -----

Não ter conhecido vida melhor não alivia o sofrimento de milhares de animais que permanecem reféns da crueldade de quem deles deveria cuidar. Os seus desejos fundamentais permanecem, e é a frustração desses desejos, que constituem grande parte do seu sofrimento. -----

Mariana Nóbrega, vinte e um anos, presidente da *Ajuda a Alimentar Cães*; Sofia Nóbrega, vinte e oito anos; Joana Ribeiro, vinte e quatro anos e Carina Abreu, trinta e quatro anos – apesar de muito jovens, dedicam a sua vida à causa animal, participando na grande



maioria dos resgates. -----

João Henriques de Freitas presta apoio administrativo e jurídico na referida Associação. --

Lúcia Kleber representa a Associação alemã - *Vamos lá Madeira*, sendo uma das principais ativistas da causa animal na região e responsável pelo encaminhamento de centenas de animais de companhia para famílias no estrangeiro, principalmente na Alemanha. -----

Quando Mariana Nóbrega, então ainda aluna do secundário, decidiu criar uma página no facebook - *Ajuda a alimentar cães*, com o intuito de obter donativos para alimentar os cães de rua que ia recolhendo em casa dos seus pais, estava longe de imaginar que, em pouco tempo, os bens recebidos eram já suficientes, não só para tratar e alimentar os cães de casa, como também, outros cães e gatos de rua. -----

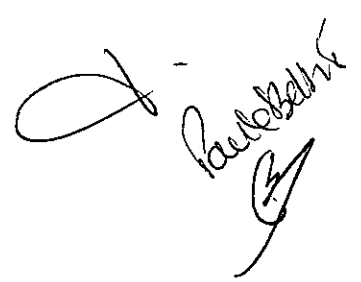
Em novembro de dois mil e catorze, a associação legalizou-se, tendo adotado o nome *AAAC - Associação Ajuda a Alimentar Cães*, passando não só a recolher e alimentar cães de rua, mas também, a providenciar cuidados veterinários, promovendo, posteriormente, as suas adoções. -----

Desde dezembro de dois mil e catorze, foram esterilizados mais de cento e dois animais errantes, apoiadas dezenas de famílias carenciadas na promoção de cuidados básicos aos seus animais de companhia, resgatados cerca de trinta animais por mês, todos eles encaminhados para adoção. -----

Para além da ajuda direta dada aos animais, são ainda promovidas ações de sensibilização contra os maus tratos e abandono dos animais de companhia, explicando as vantagens da esterilização, principalmente, junto dos alunos do 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico. -----

Denunciam, acompanham e certificam-se da aplicação da lei nos casos de maus tratos e abandono, junto das entidades policiais e tribunais competentes. -----

Através da sua página no Facebook, onde possuem já mais de vinte mil seguidores, publicitam o seu trabalho em prol da causa animal, partilhando vídeos e fotografias dos

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

resgates realizados, divulgando situações às quais não conseguem dar resposta imediata, dando conhecimento da evolução dos tratamentos prestados e dos animais disponíveis para adoção. Alguns vídeos tiveram mais de duzentas e setenta e cinco mil visualizações, nove mil e quinhentas partilhas e mais de cinco mil gostos, tendo sido objeto de divulgação por agências noticiosas, como a Reuters, em diversos órgãos de comunicação social mundiais, nacionais e regionais. -----

A causa animal é hoje a causa mais amplamente difundida nas redes sociais, dando uma visibilidade, sem precedentes, à questão dos direitos e bem-estar animais. -----

Face ao acima exposto e, tendo em conta o empenho e a dedicação demonstrados pelas associações, entidades e voluntários visados na defesa dos direitos e bem-estar animal, a Assembleia Municipal do Funchal, propõe a atribuição de um voto de louvor e reconhecimento onde se pretende também homenagear o trabalho de todos aqueles que através de associações ou individualmente de forma direta ou indireta contribuem para esta causa do Município do Funchal". -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** prestou as seguintes declarações e esclarecimentos aos deputados intervenientes: -----

- Relativamente aos votos que foram apresentados, o Executivo é favorável aos mesmos e subscrevem-nos. -----

- À **Senhora Deputada Herlanda Amado**, que relativamente ao **Museu da Cidade do Açúcar**, o Museu encontra-se aberto no momento e decorre uma exposição ligada ao açúcar feita por diversos artistas da Região, não com o acervo a que pertence àquele Museu, porque como o mesmo foi afetado com o vinte de fevereiro foi alvo de obras para a sua reabilitação, que estão concluídas há algum tempo, e que se dividiram em três fases:

- 1ª Fase – Recuperação das Obras – todo o acervo está em condições de ser exposto. --

- 2ª Fase – Está em construção, pelos Técnicos e pelos Operários da Câmara Municipal do

Funchal, todos os expositores e toda a narrativa museológica, prevendo-se a sua abertura para o início de dois mil e dezasseis. -----

- 3ª Fase – Candidatar-se-ão a financiamento de fundos comunitários, para dotar o museu de equipamentos tecnológicos que permitam uma interação com os visitantes. E para a execução de um pequeno auditório que será importante, não só para quem o visita mas também poderá ser utilizado para outras finalidades. -----

Sobre a **Carta do Património**, estão de acordo de que é uma necessidade e aquilo que preconizam é que no decorrer do ano de dois mil e dezasseis, esta seja realizada envolvendo não só a Autarquia mas também a Sociedade Civil e a Direção Regional da Cultura, porque afigura-se-lhes imprescindível que a Cidade do Funchal com o Património que ostenta, ter uma carta daquela índole. -----

Relativamente ao **acompanhamento arqueológico**, não lhe pode prestar qualquer esclarecimento no momento porque não tem informação que lhe possa dar, contudo procurará averiguar toda essa situação e esclarecê-la-á posteriormente. -----

Em relação ao estacionamento dos funcionários da Estação dos Viveiros, existem dez lugares que são afetos aos mesmos e estão perfeitamente identificados. Pelo que, as pessoas que os usam têm um cartão pessoal afeto à viatura, e desde que o mesmo esteja colocado de forma visível na viatura, a PSP não poderá atuar. -----

Contudo, admite que desconhece a atuação que a PSP tem vindo a ter, mas irá averiguar junto ao Departamento de Ambiente sobre o que é que se passou nesta situação, e se houver alguma irregularidade irão atuar em conformidade. -----

--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** passou à votação dos seguintes votos propostos: -----

- O **Voto de Solidariedade**, proposto pelo PCP/PEV-CDU e apresentado pelo Deputado Municipal José Carlos Ferreira, foi **aprovado por unanimidade com quarenta e um votos**

Paula Belbut

a favor, sendo dezasseis do GMM, catorze do PPD/PSD, cinco do CDS/PP, três do PCP/PEV e três dos Independentes. -----

- O **Voto de Louvor**, proposto pelo GMM e apresentado pela Deputada Municipal Paula Belbut, foi **aprovado por unanimidade com quarenta e um votos a favor**, sendo dezasseis do GMM, catorze do PPD/PSD, cinco do CDS/PP, três do PCP/PEV e três dos Independentes. -----

- O **Voto de Pesar**, proposto pelo GMM e apresentado pelo Deputado Municipal Guido Gomes, foi **aprovado por unanimidade com quarenta e um votos a favor**, sendo dezasseis do GMM, catorze do PPD/PSD, cinco do CDS/PP, três do PCP/PEV e três dos Independentes, seguido de um minuto de silêncio conforme proposto. -----

--- Para poder dar início ao POD o **Senhor Presidente da Assembleia** solicitou à Senhora Deputada Paula Belbut, Primeira Secretária da Mesa, para retomar o seu lugar na mesma, e agradeceu ao Senhor Deputado José Gabriel Oliveira a sua colaboração. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

--- De seguida deu início ao Período da Ordem do Dia, dando a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Um - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município em observância do disposto na al. c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, começando este por dizer que nesta fase da sessão, além das informações que os serviços emanam relativamente àquilo que tem sido a atividade da Câmara Municipal, referir-se-á mais à sua habitual intervenção política, relativamente a assuntos que considera de maior importância naquilo que tem sido a atividade do Executivo desde a última Assembleia Municipal, tais como: -----

- "**Turismo da Natureza**, nós temos um Parque Ecológico que é reconhecido pelo seu valor e pelo património natural mas que infelizmente, fruto dos incêndios que nos últimos anos

fustigaram as serras da Madeira e particularmente o Parque Ecológico do Funchal, sofreu um revés naquilo que era a sua biodiversidade e as qualidades, pelo que temos procurado intervir, não só no desbaste e eliminação das infestantes como também na respetiva reflorestação. -----

Este Parque além da conservação da sua riqueza natural implica que haja também uma atividade pedagógica, porque um Parque só pode ser valorizado se conhecermos a sua importância nas questões ligadas à informação, ao conhecimento e à pedagogia do mesmo. E por aquela zona ser visitada por muitos Turistas, o Turismo Natureza que caracteriza a nossa Região, nós achamos por bem que não só a exploração dos abrigos que já lá estão construídos, mas também uma outra valência de criar um Parque de Campismo, sejam motivos que venham a ser razão para uma maior atratividade do Parque Ecológico do Funchal. -----

Esta nossa convicção prende-se com o facto de pela receção do Parque Ecológico, passarem por mês milhares de pessoas que ali vão pelo simples passeio, mas também fruto daquilo que tem sido as novas atividades no âmbito do lazer e do desporto de montanha, desde o canoing, o btt, o trail... -----

Por essa razão, a Câmara não tem condições de *per si* estar a explorar este tipo de negócio e aquilo que fizemos foi abrir a concessão tanto dos abrigos, que é preciso referir que falta a sua conclusão, desde o equipamento a dotá-los das necessárias infraestruturas para poderem funcionar, e depois a questão do Parque de Campismo que será importante porque os madeirenses sempre gostaram de acampar, pelo que por o Funchal não ter um Parque de Campismo, o Parque Ecológico parece-nos que é o sitio ideal para o colocar. Portanto, esta é uma nova dinâmica do Parque Ecológico que esperamos que tenha bons resultados e que esta parte do negócio, também seja sustentável para quem for adjudicado a concessão da exploração dos Abrigos e do Parque de Campismo. -----

No âmbito **Social** gostaria de destacar a Bandeira Verde da “Autarquia + Familiarmente Responsável” que esta Câmara recebeu, isto para nós é um motivo de orgulho pelas boas práticas que sempre caracterizou a Câmara e que nós demos continuidade e incremento. Isto é dado pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis, e refira-se que este Município já recebe esta Bandeira há mais de três anos consecutivos, o que o coloca no topo dos Municípios Portugueses Familiarmente Responsáveis. Pelo que diria que o trabalho que foi feito tem sido aprofundado, basta lembrar todos os nossos programas relativos ao Fundo de Investimento Social que contribuem para este prémio, mas também os Ginásios e os Centros Comunitários pelo papel que têm na ocupação e na atividade nomeadamente das pessoas mais idosas, e depois mais recentemente os Regulamentos que nós aprovamos da Natalidade e à Família e do IMI Familiar. Estas são medidas que nos responsabilizam mas que acima de tudo, ajudam as Famílias do Concelho do Funchal, portanto este prémio é um reconhecimento por todo o trabalho que é feito neste âmbito. --

Outro ponto que gostaria de realçar é relativamente às **Obras e Equipamentos Municipais**, e começaria por falar-vos na questão do Apoio para o Fundo de Eficiência Energética, dado pelo Fundo Nacional de Eficiência Energética à Autarquia no valor de dezassete mil euros, o valor não é significativo, porque é um valor que é distribuído por todo o País, mas mais do que o valor em si, é o simbolismo que trás consigo. -----

Nós temos na Autarquia o Pacto dos Autarcas, temos o objetivo de reduzir pelo menos até vinte por cento até dois mil e vinte as emissões do CO2, e este objetivo que queremos concretizar é fundamental. -----

Este Fundo Nacional de Emergência vai beneficiar a eficiência energética da nossa frota, mas também a redução da energia nas nossas instalações, são duas áreas que para nós são essenciais nesta questão da Eficiência Energética. Mas, gostaria de aproveitar este facto e deste apoio que a Autarquia irá receber, para dizer-vos que para dois mil e dezasseis



aquilo que pretendemos investir, por estamos a falar num valor de vinte milhões de euros, temos de falar de cofinanciamento de fundos comunitários para prosseguir esta política de Eficiência Energética, porque se não tivermos apoios será muito difícil sermos bem-sucedidos nesta nossa missão em prol do ambiente. -----

Também já está em curso o investimento de iluminação pública com a colocação de novas luminárias, um investimento de cento e quarenta e cinco mil euros, que irão proporcionar uma estimativa de sessenta e cinco euros ano em termos de energia elétrica. -----

Dentro das obras temos os **trabalhos de beneficiação da rede viária**, há determinadas obras que são pequenas obras, a que chamamos de obras de proximidade, e servem para melhorar as infraestruturas que já temos, contribuindo para a qualidade de vida das pessoas que têm acesso ou vivem nas proximidades. E aquilo que é a nossa estratégia, passa por uma série de obras serem englobadas num pacote, e esse pacote ser atribuído através de uma empreitada para ser executada. -----

Temos dezassete locais que estão a ser alvo de intervenções no valor de cento e cinquenta e oito mil euros, trabalhos estes que vão desde alargamentos, movimentações de terras e pavimentações, estando alguns já em fase de conclusão e outras que irão ainda ter início. Ainda no que diz respeito às obras, e estas mais significativas, nós teremos ainda durante este mês de novembro, a conclusão de obras que são fundamentais e duas obras que temos algum carinho especial, confesso-vos. -----

Uma é a **abertura de uma nova acessibilidade do Beco do Paiol à Rua do Paiol**, na verdade estamos a falar de um prolongamento da Rua do Paiol através de duas ramificações que ligam ao Beco do Paiol e à Travessa do Paiol. Uma zona histórica da Cidade, que tinha um acesso muito difícil e que põe em causa a segurança das populações que ali vivem, e que pensamos que ali poderá ser um novo polo de interesse turístico para a Cidade, aliás desconhecido de muitos Funchalenses. -----



Outra obra importante é da **melhoria do Mercado da Penteada**, para nós é importante porque era um Mercado que estava a definhar e assim vem dar uma nova dinâmica. -----

Foi feito um estudo e um programa de intervenção em três eixos e as melhorias já são visíveis. Com certeza que teremos ali, não só para quem desenvolve o seu negócio, mas acima de tudo para São Roque uma nova importante centralidade, aliás o objetivo inicial foi esse, e estamos certos que o Mercado da Penteada e a Cidade ganhará esta nova vida. -

Outra questão dentro das obras é a questão de **recuperação da Ponte do Pisão** que foi afetada no 20 de Fevereiro. Estamos a falar de um trabalho de melhoramento de uma obra complexa, porque estamos a falar de pedra aparelhada e do revestimento de toda a estrutura, no valor de quarenta e seis mil euros. Esta tem acesso à emblemática e antiga Estação dos Tornos, o que nos parece também uma obra importante na preservação do nosso património. -----

Nas **Acessibilidades / Inclusão** vou só destacar a questão do Funchal como Cidade inclusiva e acessível. Nós melhoramos as acessibilidades para pessoas com dificuldades de locomoção, no Parque de Santa Catarina e iremos também fazê-lo no Jardim Municipal. A esse propósito e no Parque de Santa Catarina, de realçar também que irão ter uns sanitários para pessoas portadoras de deficiência no âmbito desta nossa estratégia. -----

Na **Modernização Administrativa** e para concluir vou falar na Loja do Município e na aquisição do novo software, no valor de cento e setenta e dois mil euros, para a gestão financeira e de contabilidade. Mas mais do que esta, no âmbito da Loja do Município, na lógica de termos melhores serviços e termos uma melhor agilidade, além da desmaterialização, há uma interação com outros modelos de gestão, nomeadamente nas águas, nos vencimentos e no SIADAP, o que vem melhorar significativamente a situação dos serviços". -----

INSCRIÇÕES: -----

1. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU

colocou duas questões suscitadas, aquando da intervenção do Senhor Presidente da Câmara: -----

- Qual o ponto da situação do edifício localizado no Largo do Encontro, na freguesia de São Roque, que continua a se degradar e a representar perigo para quem ali circula, apesar de já ter sido referenciado em várias reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal. -----

- Qual o ponto da situação do já conhecido "Muro do Quintanilha", no Pico do Cardo e que infelizmente já há muitos anos se arrasta naquela Autarquia. -----

2. O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente questionou: ---

- Se as obras do Dr. António Aragão que estão a ser conservadas no Teatro têm as condições adequadas, e se existe alguma ideia de onde serão expostas? -----

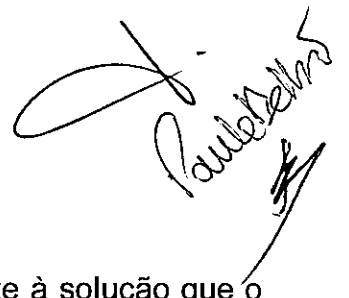
- Se não seria boa ideia recuperar uma parte do Matadouro para exposição de obras madeirenses? -----

- Se podem ser postos ao corrente do que se passa com o processo do edifício "A Ver o Mar"? -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** relativamente às questões colocadas pelos Senhores Deputados Municipais esclareceu: -----

- Sobre o **edifício no Largo do Encontro**, tiveram com o anterior Governo Regional, nomeadamente com a Vice-presidência, algumas intervenções relativamente à questão da segurança do local, e por o mesmo ser propriedade daquele Governo. -----

Na altura foram informados sobre a existência de um projeto para aquela zona, que entretanto foi abandonado, avançando a marcante degradação do mesmo onde inclusive já se manifestou a queda de parte da estrutura. Pelo que o Presidente da Junta de Freguesia de São Roque também partilha da mesma preocupação, nomeadamente na questão da segurança. -----



No entanto, não sabe esclarecer qual o ponto da situação relativamente à solução que o atual Governo Regional preconiza, mas face àquela intervenção voltará a questionar o mesmo para saber qual é o ponto da situação no momento. -----

Porém, poderá talvez o Senhor Presidente da Junta de Freguesia ter alguma informação que possa partilhar e que possa ser útil e do interesse da Cidade e de todos. -----

Contudo, independentemente do projeto que viesse ali a ser feito, é de opinião que seria importante preservar aquele edifício, pela beleza que tem e pela história que também concentra em si. -----

- Relativamente ao **“Muro do Quintanilha”** também não tem informação no momento que lhe possa esclarecer, como tal fica o dado para depois dar-lhe por escrito toda a informação relativamente àquela questão. -----

- Quanto ao **espólio do Dr. António Aragão** adquirido por aquela Autarquia, está bem acondicionado em questões de segurança e de espaço, pois foi colocado em sacos de forma estanque para não haver qualquer furto nem deterioração do mesmo. -----

Todavia, o problema que se coloca à sua aquisição são as ilegalidades que foram detetadas em todo aquele processo, como tal, têm que salvaguardar todo o interesse da Câmara pelo que não irão proceder a pagamentos enquanto não estiverem esclarecidas todas as questões legais, nomeadamente àquilo que diz respeito à relação entre a Família Aragão e a Leiloeira e depois entre a Leiloeira e a Câmara Municipal do Funchal. -----

- Sobre o **edifício “A Ver o Mar”** disse que o mesmo ainda está em Tribunal pelo que depois dará a devida informação sobre aquela matéria. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Pedro José Jardim Gomes, do PPD/PSD** pronunciou-se como Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, sobre o prédio do Encontro anteriormente referido, dizendo que numa primeira fase tiveram várias reuniões com a Câmara Municipal sobre aquele assunto, depois quando a Câmara lhes informou que o

prédio é propriedade do Governo Regional, passaram a reunir-se com o mesmo. -----

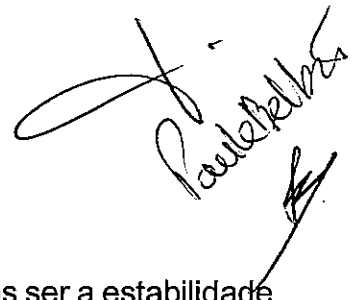
Também já se realizou uma reunião na referida Junta de Freguesia com o Senhor Secretário Regional que tutela aquela área, ao qual transmitiram que fizeram um estudo sobre o número de transportes públicos que por ali passam e o impacto que poderá ter no prédio. E chegaram à conclusão que por ali passam diariamente centenas de autocarros, e os mesmos causam um impacto muito mau para a estrutura do prédio o que com a continuidade da degradação, pode ceder e ser um perigo para a população. -----

A população daquela Freguesia também foi auscultada pelo referido Secretário Regional, e opinaram que o prédio deveria de ser demolido, pelo que o mesmo está neste momento a estudar as várias possibilidades existentes. -----

Contudo, aquela Junta de Freguesia acha por bem, que devido às circunstâncias que o prédio se encontra e dada a impossibilidade da sua reconstrução, o mesmo deveria de ser demolido dando lugar a uma zona de lazer. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** passou ao **Ponto Dois - Lançamento de uma Derrama Municipal sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC de 2015 e a cobrar em 2016, para os sujeitos passivos com um volume de negócios em 2015 superior a € 150.000,00, conforme deliberação tomada em reunião de Câmara do dia 8 de outubro de 2015, em observância do disposto na al. b) do art.º 14º e do n.º 1 do art.º 18º da lei n.º 73/2013, de 03/09 e na al. d) do n.º 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12/09**, e informou que o Grupo Municipal do **PCP/PEV-CDU** apresentou uma primeira Proposta de Resolução que foi depois reformulada, sendo esse novo teor que irá ser votado no final da discussão daquele ponto. -----

Para a apresentação do **Ponto Dois** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, passando este ao **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** que expôs o seguinte: "A proposta da Câmara para a aplicação da Taxa de DERRAMA no Concelho do



Funchal para 2015, pauta-se pela manutenção daquilo que consideramos ser a estabilidade fiscal. Manter a DERRAMA para empresas com volume de negócio superior a 150 mil euros anuais no valor de 0,5%, e isentar todas as empresas com volume de negócio até 150 mil euros, essa é a proposta. E recorde que a DERRAMA foi lançada no Município do Funchal precisamente para compensar uma devolução de 1% da participação do IRS em 2014. Sensivelmente no mesmo montante a DERRAMA tem de execução média 1,2 milhões de euros. Aquilo que foi devolvido em IRS aos rendimentos de trabalho também cifra-se sensivelmente no valor de 2 milhões de euros, e a mim apraz-me ver que algumas forças políticas em Concelhos vizinhos também olham para este tipo de solução, como a solução adequada, como foi a posição do PPD/PSD Santa-Cruzense. -----

Portanto, folgo em saber que a DERRAMA é de facto um instrumento que servirá para, por um lado desonerar aquilo que são os rendimentos ou a tributação sobre o trabalho compensando, pela tributação sobre o lucro. -----

Logo, o que nós viemos propor a esta Assembleia é a manutenção dos 0,5% da taxa de DERRAMA que foi proposta quer no passado, quer há dois anos”. -----

INSCRIÇÕES: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD começou por referir em relação àquele ponto, que era suposto ser discutido na anterior Assembleia Municipal e que por razões políticas que desconhecem até à data foi retirado, que fosse a primeira e última vez que isso acontecesse. -----

Porque estão ali presentes Senhores (as) que foram e são Deputados (as) noutras Assembleias, inclusive na Assembleia Legislativa Regional, e sabem que os pontos quando constam de uma ordem de trabalhos e vão a votação todos os deputados contam, por isso é necessário que estejam no seu posto para que não falhem à mesma, e é isso que parece ter sido o fator da retirada daquele ponto. -----



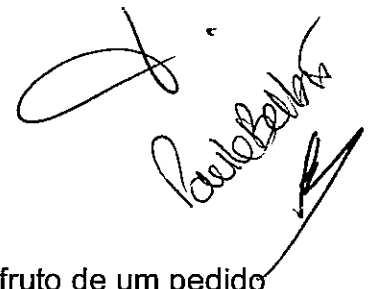
Também não encontram no Regimento da AMF, qualquer prerrogativa que permita ao Executivo, de forma uníssona, retirar qualquer ponto da ordem de trabalhos da Assembleia, por isso não lhes parece democrático, correto e muito menos legal do ponto de vista formal em relação ao regimento. Como tal, lamentam que o Senhor Presidente da Mesa tenha aceitado ser retirado esse ponto, cabendo a quem tomou aquela decisão, ficar com o ónus da mesma. -----

Passando à discussão do ponto, disse que aquela Câmara por ter criado a DERRAMA na Cidade do Funchal, ficará para sempre como proprietária da inconsistência fiscal da mesma, pois criou-a num contra ciclo em relação à atividade económica que obviamente não aconselha a qualquer aumento de impostos, ao contrário do que diz o Senhor Vereador Miguel Gouveia sobre consistência fiscal. -----

Também acha airosa a forma como os Senhores Deputados vestem a “pele de lobo e de cordeiro”, porque ao mesmo tempo criticam o Governo da República quando aumenta impostos sobre as empresas, apoiam a revisão em sede de IRC para poderem baixar impostos sobre a atividade económica e empresarial, e depois “vestem outra pele” naquela Assembleia criando e aprovando o aumento da DERRAMA para as empresas da Cidade do Funchal. -----

Por isso, votarão contra mais uma vez a implementação ou a aplicação da DERRAMA na Cidade do Funchal, porque consideram que lhes cabe combater sempre aquele tipo de situações. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que relativamente às considerações que o Senhor Deputado Rui Cortez teceu sobre o episódio ocorrido na última Sessão daquela Assembleia, não é a primeira vez que um ponto é retirado da ordem de trabalhos, porque já aconteceu com o Código de Conduta e com a questão do IMI por falta do estudo de impacto financeiro. -----



Todavia, a Mesa reconheceu que aquela situação foi invulgar e que foi fruto de um pedido do Senhor Presidente da Câmara, ao que a Mesa acedeu por pressupor que sendo a Vereação o proponente da proposta, fazia sentido aceder ao pedido do Presidente da Câmara. -----

Porém, quis deixar esclarecido que numa situação análoga de um eventual pedido da Vereação de retirada de algum ponto de trabalho, será ouvida a conferência de líderes. --- Pediu também que os Senhores Deputados tenham consciência que a Mesa também vai aprendendo com situações inéditas que vão surgindo, e que por serem omissas no próprio Regimento têm muitas vezes que tomar decisões com base no bom senso e no que lhes parece ser mais razoável na ocasião. -----

2. O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva de Abreu, do CDS/PP manifestou que qualquer manutenção de carga fiscal neste preciso momento não é o ideal, porque as empresas têm uma enorme carga fiscal a que são obrigadas a cumprir, sobretudo sobre as médias e pequenas empresas que vivem com algum problema de tesouraria em poder cumprir todos os seus compromissos financeiros. -----

No entanto, e embora o ideal fosse não haver DERRAMA, continuam a ser coerentes e a manter o sentido de voto do ano anterior e vão abster-se, uma vez que este ano, e bem, irão transferir aquela receita da DERRAMA para o IRS Familiar. -----

3. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU expôs o seguinte: "Como já foi dito pelo Senhor Presidente desta Assembleia, a proposta que inicialmente esta bancada tinha apresentado foi retirada e fica apenas com o lançamento de uma taxa única de 1,5%, à semelhança do que tem vindo a ser apresentado em anos anteriores por parte da CDU. -----

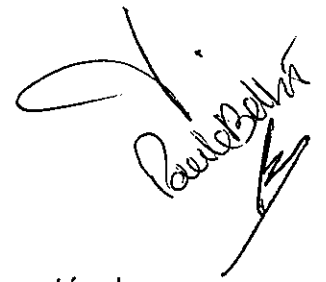
Consideramos apresentar esta proposta e deixar à consideração, tendo em conta que o lançamento da DERRAMA na taxa de 1,5% para sujeitos passivos com volumes de negócio



acima dos 150 mil euros, e é errado o que disse o Senhor Deputado Lino Abreu, é a forma demagógica como muitas das vezes é divulgada perante a opinião pública o que é que é isso da taxa da DERRAMA. Porque se fosse devidamente explicado à opinião pública, possivelmente iriam perceber que não é sobre pequenas e médias empresas, tomáramos nós que as pequenas e médias empresas do Funchal tivessem este volume de negócio, o que não é esse o caso, porque como também já aqui foi dito esta receita extraordinária iria permitir, se a proposta da CDU fosse aprovada, uma maior capacidade de investimento da Câmara Municipal do Funchal. E como já disse seria urgente fazer uma explicação da proposta da DERRAMA, depois não deixa de ser curioso que quem se advoga defensor dos pequenos e médios empresários, das famílias e dos trabalhadores que têm sido demasiado onerados são os mesmos que de repente, de forma demagógica apresentam argumentos que na nossa opinião faltam alguma consistência. -----

Porque não se pode por um lado continuar a retirar direitos, a cortar salários, a aumentar impostos em relação ao conjunto dos trabalhadores e das famílias portuguesas, pois há coisas que não podem ser desvinculadas nem ser vistas de forma limitada aqui ao nosso Município, mas depois neste caso concreto da proposta da DERRAMA, que iria apenas em cima daqueles que podem efetivamente pagar como os bancos, as seguradoras e as grandes empresas, mas existe um espartilho que não é possível ser retirado a alguns partidos que lhes permitisse votar isto. -----

Assim apresento a nossa proposta: A Lei das Finanças Locais contempla a possibilidade dos municípios deliberarem no sentido da aplicação anual de uma Derrama sobre o lucro tributável e não isento de imposto das pessoas coletivas (IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas) até ao limite máximo de 1,5%, e que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português e que exerçam, a título principal, atividades de natureza comercial,



industrial ou agrícola, assim como não residentes com estabelecimento estável nesse território. -----

A mesma legislação define a possibilidade de se proceder ao lançamento de uma taxa reduzida para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150 mil euros. -----

Assim: -----

- Tendo em conta a necessidade e a importância de os municípios diversificarem as suas receitas, e a necessidade e importância de disporem de capacidade de investimentos como forma de dinamizar o tecido económico local e o nível de desenvolvimento; -----

- Tendo em conta que a aplicação da Taxa de Derrama (embora reduzida) tem resultado na arrecadação de um volume de receitas importantes para o Município do Funchal, volume esse que poderia ser substancialmente maior com a aplicação de uma taxa mais elevada;

Face ao exposto, a Assembleia Municipal do Funchal delibera aprovar o lançamento de uma taxa de Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC de 2015 para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a €150.000,00". -----

4. O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMM expressou que a manutenção da DERRAMA tem como objetivo a Câmara Municipal poder ter verba para investir nomeadamente no apoio às famílias, o que já acontece acerca de dois anos, e também defender as pequenas e médias empresas, que em dois mil e onze foram penalizadas em zero vírgula cinco por cento pelo PPD/PSD por aprovar na Câmara uma DERRAMA muito mais elevada. -----

Contudo, admira-lhe a atitude do PPD/PSD continuar a votar contra, porque no Concelho vizinho de Santa Cruz, foi este que apresentou aqueles argumentos. Assim como o CDS/PP por no Município de Santa Cruz ser conhecido como poder no partido chamado JPP, reconhecendo também que o seu partido caiu no mesmo erro de apoiar esse dito

partido. -----

Assim, estas verbas vêm no fundo aprovar propostas apresentadas pelo CDS/PP, como o Apoio à Família, o Apoio à Natalidade e outras tantas com a qual concordam e sem aquele dinheiro não era possível investir, uma vez que o Executivo anterior deixou este Município na penúria. -----

Terminando, disse que tinha alguma apetência pela primeira proposta de um por cento do PCP/PEV-CDU, pois viria a ajudar mais a Câmara para dar mais apoio às famílias, mas como aquela Câmara defende que se faça as coisas gradualmente é melhor manter os zero vírgula cinco por cento e poder ajudar as pessoas.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDSPP** pediu um esclarecimento ao Senhor Deputado Roberto Vieira dizendo estar inteiramente de acordo com a sua intervenção, mas que gostaria de saber a sua opinião sobre uma situação que se passou muito recentemente na nossa Assembleia Legislativa Regional, por parte do PCP/PEV-CDU, que apresentou um projeto de Decreto Legislativo à Assembleia da República pedindo a redução de impostos da carga fiscal das pequenas e médias empresas, e na proposta ali apresentada sugerem o aumento dessa mesma carga fiscal. - Também perguntou se o aumento de um vírgula cinco por cento como proposto pelo PCP/PEV- CDU, era uma medida que podia vir a pôr em causa as grandes empresas que estão sediadas no Funchal e o Centro Internacional de Negócios, que é uma bandeira do seu partido e da direita? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMM** esclareceu que o PCP/PEV-CDU não propõe um aumento de um vírgula cinco por cento para as pequenas e médias empresas, mas sim um e meio por cento para as empresas acima dos cento e cinquenta mil euros, sendo também esta a sua postura na Assembleia Legislativa Regional. -----

Sobre as empresas do Centro Internacional de Negócios respondeu que se o Senhor Deputado Lino Abreu fizer contas aquelas empresas estão isentas, pelo que considera aquela pergunta de caráter político, tentando dar a volta àquilo que o PCP/PEV-CDU apresentava. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU** pediu ao Senhor Deputado Roberto Vieira que lhe esclarecesse se considera a proposta do PCP/PEV-CDU mais aliciante e em condição de aprovar, se reformulassem novamente a proposta para um por cento em vez de um e meio por cento? -----

Aproveitou ainda para dizer ao Senhor Deputado Lino Abreu que com a questão que lhe colocou, deu-lhe a resposta, porque a proposta do PCP/PEV-CDU é sobre pequenas e médias empresas, e a taxa da DERRAMA não refere isso. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMM** respondeu que a Senhora Deputada Herlanda passou-lhe uma pequena rasteira, mas de qualquer forma continua a achar mais aliciante, até porque como não têm maioria, têm de gradualmente fazer cedências, e assim continuam a contar com a abstenção do CDS/PP e não com a sua reprovação. -----

De qualquer modo, continua a dizer que um por cento seria a forma de cobrir o buraco que o PPD/PSD deixou a esta Câmara e à população do Funchal. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP** replicou que o Senhor Deputado Roberto Vieira não respondeu de forma objetiva porque a Esquerda não responde de forma objetiva. Por isso questionou se a Esquerda defende ou não, a isenção da tributação dos impostos na questão da DERRAMA, às empresas do Centro Internacional de Negócios da Madeira? -----

Porque a grande questão tem a ver com a deslocalização dessas empresas e assim colocarem em causa, a consolidação orçamental e as receitas estimadas que essas

empresas têm no Orçamento Regional da Região Autónoma da Madeira. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMM** contrapôs que aquela é uma pergunta pertinente mas que deverá ser feita à Coligação Mudança, porque não pode responder pelo Partido Socialista nem pelos outros partidos. -----

Porém na sua opinião essa questão tem de ser muito ponderada e muito bem pensada, pois como é do conhecimento geral, muitas dessas empresas estão lá para fazer tudo menos criar postos de trabalho ou até mesmo serem empresas. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** pediu um esclarecimento à primeira intervenção do Senhor Deputado Roberto Vieira, questionando-o se percebe alguma coisa do que ali se está a debater? -----

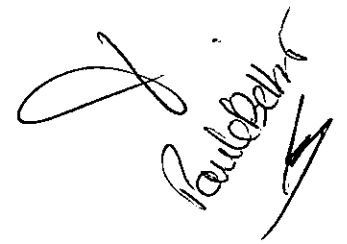
Porque diz que não está a ser cobrado o imposto da DERRAMA às pequenas e médias empresas, mas cento e cinquenta mil euros de faturação, são doze mil e quinhentos euros por mês e a grande fatia dessas pequenas e médias empresas da Cidade do Funchal, faturam entre trezentos e oitocentos mil euros por ano. Como tal, a grande maioria das empresas desta Cidade está a ser taxada pelo imposto da DERRAMA. -----

Depois, para que aquela Assembleia fique melhor esclarecida sobre a dimensão do volume de faturação, requereu à Mesa que solicite à Câmara o número de empresas que em dois mil e catorze foram taxadas por aquela DERRAMA. -----

Por último informou o Senhor Deputado, que as empresas do Centro Internacional de Negócios estão isentas daquele imposto. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, do GMM** replicou não perceber qual a preocupação do Senhor Deputado Rui Cortez em viabilizar a manutenção da DERRAMA, quando as pequenas e médias empresas não estão contempladas naquela penalização e a sede das grandes empresas não estão sediadas no Funchal. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Vereador Miguel**



Sérgio Camacho Silva Gouveia para esclarecer os Deputado intervenientes, começando no esclarecimento naquilo que foi a posição do Senhor Deputado Roberto Vieira, dizendo:

“- **Senhor Deputado Rui Cortez**, de facto é legítimo ter dúvidas se há ou não isenção desta DERRAMA sobre as empresas da Zona Franca, uma vez que até a própria Autoridade Tributária, que é quem faz a coleta deste imposto, teve essas dúvidas sendo até necessários três ofícios da Câmara, a clarificar qual o artigo legal que as isenta à luz daquilo que é um Decreto Legislativo Regional que a Autoridade Tributária desconhecia. -----

Ainda mais um esclarecimento, não é a sede da empresa que estabelece a aplicação da DERRAMA, quando as empresas têm sede fora do Município, aquilo que é analisado de um ponto de vista de matéria coletável é a massa salarial dos colaboradores que paga nesse Município, que é o que está no artigo 18º, nº 2 da Lei das Finanças Locais, todas as empresas que tenham massa salarial acima de 50 mil euros ano são objeto de matéria coletável. -----

Finalmente um último esclarecimento, aquilo que é a incidência da Taxa da DERRAMA, os 0,5%, não é sobre o volume de faturação, é sobre o lucro tributável e não sobre o volume de faturação. O critério de isenção esse é que é o volume de negócio, o volume de faturação, assim não é volume de faturação x 0,5% mas o lucro tributável x 0,5% que cifra 1,2 milhões de euros em receitas para a Câmara. -----

Falando na estabilidade fiscal, esta existe desde 2013 quando foram lançados os impostos e taxas municipais por este Executivo. E desde então, temos 0,5% de Taxa de DERRAMA sobre o lucro tributável das empresas com volume de negócio acima dos 150 mil euros, e também concomitantemente uma descida da participação de IRS por parte do Município em 1% para 4%, ou seja, eram 5% passam para 4%. -----

- **Senhor Deputado Lino Abreu**, em relação à manutenção da carga fiscal e dos problemas de tesouraria, isto não vai resolver problemas de tesouraria, vai incidir sobre o lucro

tributável, portanto os problemas de tesouraria são de um ponto de vista contabilístico outro problema que não este que estamos aqui a tratar, mas muito me apraz também que mantenham o seu sentido de voto até por uma questão de manutenção da estabilidade fiscal que eu aludi. -----

- **Senhora Deputada Herlanda Amado**, eu penso que aquilo que já foi esclarecido, a manutenção passa precisamente por poder realizar alguma DERRAMA em detrimento de não termos nenhuma DERRAMA este ano, que era isso que de facto estava em jogo. ----
Permita-me só terminar com algo que julgávamos que ia ser uma realidade para o ano, mas que por aquilo que foi tornado público após a reunião do grupo parlamentar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira do CDS/PP com o Secretário das Finanças, em sede de auscultação previa para o Orçamento da Região de 2016, deu para depreender das vossas palavras que não haveria uma redução da carga fiscal que no Orçamento do próximo ano e com a conclusão do PAEF o Governo Regional poderia fazê-lo em 3%. Ou seja, podia desonerar as empresas voltando ao diferencial de 90% em relação à República, baixando o IRC em pelo menos 3% a exemplo do que existia antes da assinatura do PAEF em 2011. -----

Obviamente, nós estamos aqui a tributar 0,5% comparado com quem tem uma maior capacidade para desonerar as empresas, eu acho que esse deveria ser sim o caminho de defesa daquilo que são os lucros tributáveis das empresas, em detrimento da Câmara Municipal do Funchal que está a lançar uma taxa de 0,5% que é seis vezes inferior àquilo que pode ser desonerado por via do Orçamento Regional". -----

--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** passou à **votação da Proposta de Resolução – Aplicação da Taxa de Derrama no concelho do Funchal**, apresentada pelo PCP/PEV-CDU, **não sendo aprovada, com vinte e quatro votos contra, sendo dezasseis do PPD/PSD, cinco do CDS/PP, três dos Independentes, três votos a favor**



do PCP/PEV-CDU e dezasseis abstenções do GMM. -----

Votação do Ponto Dois - Lançamento de uma Derrama Municipal sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC de 2015 e a cobrar em 2016, para os sujeitos passivos com um volume de negócios em 2015 superior a € 150.000,00, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com vinte votos a favor, sendo dezasseis do GMM, três do PCP/PEV-CDU e do voto de qualidade do Presidente da Assembleia, dezanove votos contra sendo dezasseis do PPD/PSD, três dos Independentes e cinco abstenções do CDS/PP. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU declarou que o voto a favor da sua bancada no sentido de poder viabilizar a proposta de DERRAMA, foi excepcionalmente, apesar de terem apresentado a própria proposta, tendo em conta alguns dos considerandos até usados por outras bancadas, provando ainda que o que se sobrepõem são os interesses do Municípes. -----

--- Passando para o **Ponto Três - Proposta de Orçamento, em observância do disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09** e para o **Ponto Quatro - Opções do Plano, em observância do disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que começou por intervir dizendo que o Orçamento é sempre um momento muito importante da vida de qualquer instituição para mais para uma Autarquia como aquela, com a importância que se reveste na execução de um programa que foi sufragado nas eleições. Assim, e por este ser já o terceiro Orçamento, fez um balanço daquilo que foi o percurso em termos de elaboração do Orçamento no Funchal, pautando-se pelo seguinte: -----
Considera que este é o melhor Orçamento deste Executivo, porque vêm invertendo uma difícil situação financeira que herdaram, num novo paradigma que tem neste momento as



contas consolidadas, apesar de ainda existirem dificuldades financeiras, pelo que é um orçamento realista que envolve todos na construção do mesmo, que apesar de ser e refletir naquilo que é um programa sufragado nas urnas, reflete também uma vontade de toda uma Câmara. -----

Como tal, de uma forma formal e de uma forma informal todas as forças políticas ali representadas foram auscultadas e ouvidas, sendo-lhes requisitado que apresentassem sugestões para a elaboração do mesmo, e foi nessa conjugação de esforços que procuraram fazer o melhor Orçamento. -----


É um Orçamento de oitenta e quatro milhões de euros, em que já fala na DERRAMA, porque esta do ponto de vista tributável, neste momento é fundamental para o equilíbrio orçamental, não onerando as pequenas e médias empresas porque estão a falar de meio por cento acima dos cento e cinquenta mil euros de volume de negócios e de zero vírgula cinco por cento sobre o lucro tributável. -----

Por essa razão acham justo que sejam aplicadas e redistribuídas essas verbas, por quem pode pagar, para os programas e as atividades da Câmara para o ano de dois mil e dezasseis. -----

Referiu ainda que esta é uma Autarquia amiga das famílias em termos tributários e por isso destacou o compromisso de baixarem progressivamente o IMI, aplicaram o IMI Familiar e estão a devolver um por cento do IRS aos nossos Municípios Funchalenses. -----

Aludiu que este Orçamento tem também subjacente a parte do investimento, ao qual dão muita importância e que reflete, no seu entender, aquilo que faz uma Câmara responsável e que olha pelas pessoas. Este, embora esteja condicionado ao empréstimo de 10 milhões de euros que já ali foi referido, divide-se em três partes: -----

- Bairros sociais camarários: habitação social com intervenção do programa amianto zero, melhorar as condições das pessoas que lá vivem e procurar aumentar a oferta habitacional



do Município. -----

- Infraestruturas: as águas, os resíduos, o saneamento, a rede viária, a canalização de ribeiros e águas pluviais. -----

- Investimento social: programas sociais e a participação e cidadania através do orçamento participativo. -----

Outra parte do financiamento, fundamental, são as candidaturas a fundos comunitários que podem atingir a verba de trezentos milhões de euros. -----

Depois de traçar estas as linhas gerais que pensam serem as corretas, passou a palavra ao Senhor Vereador Miguel Gouveia para detalhar mais a questão do documento que ali trazem. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** que começou por explicar o seguinte: “Sem correr o risco de ser demasiado exaustivo eu presumo que já toda a gente teve oportunidade de analisar o documento, mas regressando um pouco atrás queria contextualizar um pouco aquilo que foi os contextos Regional, Nacional e Europeu na questão da elaboração deste Orçamento. No contexto Regional para 2016, a grande diferença passa pelo fim do PAEF e o facto de no próximo ano podermos ter de regresso alguns instrumentos financeiros, que no passado tanto auxiliaram este Município, como é o caso dos contrato programa, isso é uma boa noticia apesar de não poder refleti-lo no orçamento, uma vez que só podemos refletir os contrato programa quando estes estão contratualizados, é de facto uma boa noticia. -----
A nível Nacional, o contexto que todos conhecemos que conduz a inexistência de um Orçamento de Estado ainda nesta altura do campeonato, faz com que sejamos forçados a utilizar aquilo que são os montantes das transferências do Orçamento de Estado do ano passado, ou seja, do Orçamento que está este ano, e devo voltar a registar que no ano passado tivemos uma perda de 400 mil euros em relação a 2014, ou seja 2015 teve uma

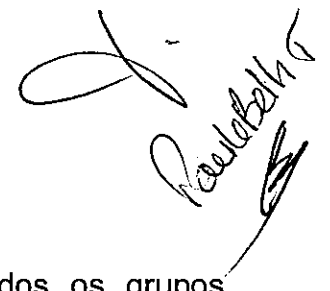


perda de 400 mil euros das transferências do Orçamento de estado em relação a 2014, portanto prevê-se que este ano se mantenha, uma vez que não existe ainda proposta do Orçamento de Estado, inscrevemos a mesma perda de 400 mil euros em relação a 2014. Ainda marcado pela obrigação por parte do Governo da República ao criar o FAM - Fundo de Apoio Municipal, com a obrigação do Município capitalizar o FAM, que presumimos que será um fundo que o Funchal não terá necessidade de se socorrer, no entanto é considerado um investimento, e verã, se forem analisar os mapas do plano de investimentos, inscrito este ano como um investimento, portanto o FAM foi por informação da DGAL inscrito como investimento, portanto mais 400 mil euros/ano que temos que capitalizar durante os próximos seis anos. -----

Ainda em relação a nível Europeu e em contexto Europeu, não podia deixar de apontar aquilo que são as execuções dos programas operacionais deste próximo Quadro Comunitário de Apoio. De facto, exceção feita ao Fundo Social Europeu, alguns eixos do mesmo, a maior parte dos programas, quer do Fundo de Coesão quer dos Fundos Estruturais, não tem havido ainda execuções financeiras que sejam visíveis. -----

O Funchal tem neste momento duas candidaturas submetidas no Balcão vinte vinte, na Loja do Múncipe e na recuperação da ponte do Pisão, e tem outra em carteira, que é a ETAR do Funchal, um projeto para 12 milhões de euros. No entanto, esses projetos só poderão ter reflexo no orçamento a partir do momento em que seja autorizado ou validado por parte da Autoridade de Gestão Nacional. -----

Portanto, pondo em contexto estas três esferas, quer a Regional, a Nacional e a nível Europeu, devo-vos dizer que este, como já foi referido pelo Presidente da Câmara, foi o Orçamento mais participado de todos. Eu pessoalmente tive duas rondas de reuniões com todos os grupos parlamentares aqui presentes, inclusive com os agora deputados independentes, e outro tipo de diligências informais onde o orçamento acaba por refletir


Paulo Bettencourt

todo esse conjunto de reuniões e ter o aporte praticamente de todos os grupos parlamentares. -----

Logo, falando agora em termos de Orçamento, o Orçamento Municipal para 2016 foi elaborado de acordo com os princípios e regras orçamentais, nomeadamente com o princípio da não compensação que estabelece que todas as receitas devam ser inscritas na sua importância integral sem deduções de qualquer natureza. -----

Atendeu-se ainda, ao cumprimento das regras provisionais que estão inscritas no POCAL que vem espartilhar de alguma forma, toda a orçamentação criativa que poderia ser feita no passado, obrigando a que as rubricas sejam inscritas, as médias de execução dos últimos 24 meses. Logo aqui não há grande margem de manobra para aquilo que são as inscrições orçamentais, e foi assim que foi feito em todas as receitas, exceção feita à DERRAMA que foi uma média ponderada dos 19 meses, uma vez que só temos execução de 19 meses da DERRAMA, não temos ainda 24 meses completos, aquilo que estabelecem as regras é que seja utilizada a média dos 19 meses. -----

Por este facto, o Orçamento totaliza um valor global de 84 milhões 250 mil euros que se repartem em 78 milhões de euros, ou seja, no Orçamento da receita, 93% são receitas correntes e 7% receitas de capital. -----

A despesa prevê **despesas correntes** no valor de 75%, essencialmente 63 milhões de euros, sendo que despesas de capital ascendem a 21 milhões de euros. -----

Ora, sabendo que a regra de equilíbrio orçamental diz que as receitas correntes têm que cobrir todas as despesas correntes e adicionadas as amortizações médias dos últimos 24 meses, mais uma vez por uma questão de regras provisionais, nós sabemos quanto é que vamos amortizar no próximo ano, mas as regras estabelecem que deve de ser utilizado as médias dos últimos 24 meses e é isso que fizemos. -----

Se formos a ver então, o equilíbrio orçamental temos uma poupança corrente de 8,3

milhões de euros que é precisamente aquilo que fica disponível para o investimento. -----

Quando as receitas correntes cobrem as despesas correntes, e aquilo que são os pagamentos com empréstimos no próximo ano, ficam disponíveis 8 milhões de euros para o investimento, cumprindo a regra do equilíbrio orçamental. -----

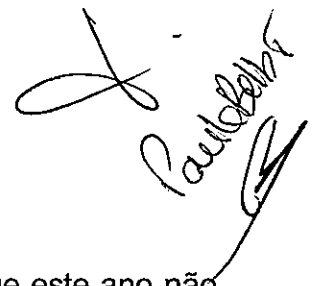
Portanto, **nas receitas**, e se quisermos fazer uma comparação com o ano passado, basicamente temos em relação ao IMI, apesar de termos reduzido a taxa de IMI em 0,01%, uma execução superior. O que veem aí inscrito no orçamento foi a execução média dos últimos 24 meses, portanto subiu 7% nomeadamente devido à extinção das cláusulas de salvaguarda e às reavaliações dos valores patrimoniais tributários dos imóveis que se prevê que continuem, uma vez que os coeficientes de localização foram alterados pela Autoridade Tributária ou estão neste momento a ser alterados, julgo que é precisamente neste mês que será aprovado ou seria se não houve indicações em contrário. -----

Em relação aos **impostos indiretos** temos a taxa de ocupação do espaço público municipal, que é novidade este ano. Como já foi discutido na última Assembleia Municipal, são 3,6 milhões de euros que estão inscritos neste Orçamento por via desta taxa de ocupação de passagens municipais. -----

A **participação do IRS** também foi reinscrita este ano de acordo com aquilo que são as indicações do nosso Advogado, que enviou-nos uma missiva informando que em fevereiro do próximo ano, teremos a primeira audiência para chegar a um desfecho negociado entre o Ministério das Finanças, o Governo Regional e a Câmara Municipal do Funchal. -----

Por esse facto e por existir a possibilidade de poder haver um perdão de juros, não foram inscritos, a exemplo do ano passado, os juros de mora, foram inscritos exclusivamente o capital em dívida. -----

Naquilo que são as **vendas de bens e serviços** houve uma redução de 29%, isto porque a média dos últimos 24 meses, e se formos a ver a média dos últimos 24 meses do ano


Paulo Bettencourt

passado ainda incluía os montantes que foram pagos por via do PAEL, que este ano não tem. -----

Nas **transferências de capital** a redução de 26% reveste-se com o fim do Quadro Comunitário de Apoio, neste momento de fundos comunitários temos exclusivamente as verbas do projeto do Lido, não há mais nenhuma verba aqui inscritas. E os contrato programa que terminaram no ano passado, este ano já não tivemos qualquer verba por via do contrato programa assinados antes de 2011. -----

Naquilo que diz respeito às **despesas**, tivemos nas despesas correntes uma diminuição de 2 milhões de euros, 3% de redução em relação ao ano passado. Sendo que a diminuição das despesas com pessoal tem também que ver com a saída de pessoal dos quadros, houve um processo de reformas antecipadas que hoje em dia tem reflexo nas remunerações certas e permanentes, num milhão e 500 mil euros de redução. -----

Em relação aos valores que estão neste momento a ser contravertidos, nomeadamente o aumento com o preço da água na ARM e a tarifa fixa da gestão dos resíduos sólidos, não estão inscritos uma vez que estão neste momento a ser discutidos em Tribunal, são montantes contravertidos. -----

Também ainda no que diz respeito às **transferências correntes** as famílias tiveram um reforço de 500 mil euros, isto porque o fundo de investimento social contempla o programa municipal de Ocupação e Formação em Contexto Real de Trabalho, precisamente para que se possa ser candidato ao Fundo Social Europeu e neste momento estamos a diligenciar junto da BREP – Beneficiário Regional para a Execução de Políticas Públicas na Área do Emprego, que é o Instituto de Emprego da Madeira, para podermos fazer um contrato programa ou de alguma forma podermos ter acesso ao Fundo Social Europeu para a área do emprego, uma vez que diretamente a autoridade de gestão como montou o acesso aos fundos na Região não permite que a Câmara Municipal, possa diretamente ter acesso ao

mesmo na área do emprego. -----

É por isso, que isto está aqui como transferências para as famílias, sendo que se tivéssemos pelo menos 50% de financiamento comunitário poderíamos duplicar aquilo que é a Formação e Ocupação em Contexto Real de Trabalho, que neste momento são 107 pessoas que estão no Município ao abrigo deste programa. -----

Finalmente em relação às **transferências correntes**, as Juntas de Freguesia este ano receberão uma dotação adicional de 250 mil euros, um aumento de 22% acima daquilo que era no ano passado, atingindo 1,4 milhões de euros. -----

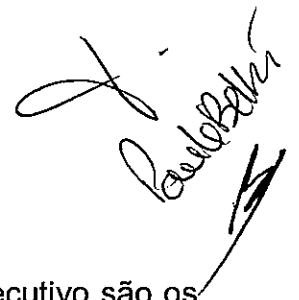
Muito sucintamente o **Plano de Investimentos** este ano são de 10 milhões de euros, e não podemos dissociar o Plano de Investimentos do empréstimo de apoio ao financiamento de outros 10 milhões de euros que já foi aqui mencionado pelo Presidente da Câmara, sendo que os 2 milhões de euros que estão cativos para projetos comunitários permitem alavancar, com base nos 85% de financiamento comunitário, até 13 milhões de euros estes montantes". -----

INSCRIÇÕES: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD apresentará a análise dos dois pontos em simultâneo, embora a votação seja em separado, porque são dois documentos que estão sempre interligados. -----

Como tal, começou por referir que o que aquele Orçamento faz é empolar receitas justamente pela inscrição dos cinco milhões de euros do IRS, que embora o Senhor Vereador Miguel Gouveia espere que haja acordo na reunião agendada para fevereiro de dois mil e dezasseis, ainda não sabem quando ou como é que ficará resolvido, assim como os dois milhões de euros de juros que num ano são inscritos porque fazem sentido e no ano seguinte são retirados porque afinal já não fazem sentido. -----

Sobre a inclusão da DERRAMA no Orçamento, voltou a dizer que este Executivo são os



Sobre a inclusão da DERRAMA no Orçamento, voltou a dizer que este Executivo são os pais e criadores da DERRAMA no Concelho do Funchal, porque nunca houve DERRAMA cobrada na Cidade do Funchal a não ser pela Mudança. -----

Depois referiu-se ao FIS – Fundo de Investimento Social, que é a nova designação para o guarda-chuva onde estão os programas como o Câmara à Porta, o PRESERVA, os Medicamentos, para o qual está inscrito um milhão e meio de euros, mas que não vislumbram nada em concreto. -----

Também concordou, regozijou-se e felicitou o Senhor Presidente da Câmara por referir que este Orçamento tem um novo paradigma e que é o melhor até à data. Porque incluíram muitas coisas que a oposição PPD/PSD sempre criticou o mesmo de não possuir, e que eram criticadas quando era o PPD/PSD a fazer, tais como: -----

- **Investimento**, desde que começou este Executivo da Mudança que sempre criticaram que a Câmara estava parada e que não havia investimento, ao que retorquiam que não podiam porque o Executivo anterior tinha deixado dívida, embora a Câmara sempre tenha estado de acordo com os índices dos Tribunais de Contas. -----

Porém, finalmente vão investir, contraindo um empréstimo no valor de dez milhões de euros, logo colocou as seguintes questões: -----

- O empréstimo de dez milhões de euros não é dívida? -----
- Os investimentos que serão feitos nos próximos anos, e que podem até nem estar concluídos até ao final do mandato, não serão dívida para a próxima Câmara? -----
- Antes, investir era fazer campanha e deixar dívida era mau, e agora é bom e positivo?
- Antes os Orçamentos eram maus e este é que é bom? -----

Por isso, aquilo que na política lhe causa calafrios é aquela mudança de opiniões, não de paradigma, nem de qualidade do orçamento. -----

- **Reposição da verba para as Juntas de Freguesia**, que foi retirada por este Executivo



por criticarem que a Câmara concedia verba às Juntas de Freguesia, porque eram todas do PPD/PSD e que era uma má gestão e uma descentralização errada, pois colocavam na mão das Freguesias as tarefas que eram da Câmara. -----

Mas, como voltaram a repor o que a anterior Câmara transferia, mais uma vez deu os parabéns a este Executivo. -----

- **Contratos-programa com o Governo**, tornou a congratular o Senhor Presidente da Câmara por voltar a considerar a possibilidade de os efetuar, pois é uma medida que o PPD/PSD sempre defendeu e implementou, embora fosse muito criticado por alguns dos Senhores Deputados que ainda ali estão, que diziam que era para o Governo Regional poder intervir e controlar as Câmaras Municipais e fazer delas marionetas. -----

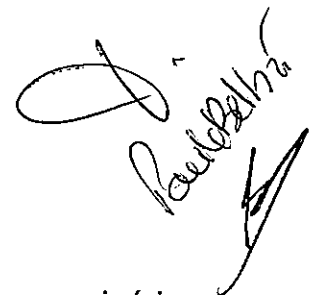
- **Diminuição com os custos do pessoal sem ter que reduzi-lo**, também foi muito criticado pelos Deputados referidos anteriormente, quando o Senhor Dr. Pedro Calado, Vereador do anterior Executivo, anunciou a diminuição dos custos com o pessoal, nomeadamente com o corte de horas extraordinárias. -----

- **Obras**, esta era a grande crítica que faziam à governação do PPD/PSD e às Câmaras, dizendo que as mesmas eram feitas para campanha. Logo, questionou este Executivo se o que estão a começar a fazer a meio do mandato, para estarem prontas para inaugurar daqui a um ano ou dois, já não é campanha? -----

Como tal, voltou a dar os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara por estar a incorporar tudo aquilo que foi o que o PPD/PSD criticou e disse naquela Assembleia e praticou enquanto governo na Câmara. -----

Sendo também por isso que o Orçamento agora apresentado é o melhor que já fizeram até à data, embora continue a haver coisas que não faziam nem concordam, tais como: -----

- **Publicidade**, mesmo sabendo que há publicidade obrigatória legal que tem que ser publicada, gostavam de saber para onde é que será canalizado o valor de cento e cinquenta



mil euros em publicidade, assim como oitocentos e trinta e oito mil euros para seminários, exposições e similares? -----

- **Receitas e estacionamento no orçamento da empresa Frente MarFunchal**, olhando para a inscrição dos estacionamentos há uma previsão para o próximo ano de novecentos e trinta e cinco mil euros de receitas, contudo demonstram uma despesa de quatrocentos e quarenta e nove mil euros, e o resultado que estimam extrair daquela atividade é de quatrocentos e oitenta e seis mil euros durante o ano de dois mil e dezasseis, o que por mês destina quarenta mil euros de receita para a Câmara. Menos dez mil euros em relação ao que anteriormente a Câmara recebia, quando os estacionamentos eram explorados por privados, exploração essa que na altura também foi muito criticada. -----

- **Plano Plurianual de Investimentos**, é o tal investimento que não vão passar dívida e que não é para inaugurar dali a dois anos quando estiverem em eleições, e que vai ser votado sem saberem para que é que vai ser feito o financiamento e o empréstimo dos dez milhões de euros, porque na página catorze do PPI decidiram fazer o seguinte: daquilo que sabem que vão gastar do orçamento colocaram em indefinido, depois os dez milhões de euros de empréstimos está no não definido, mas no não definido estão inscritos vinte e três milhões de euros. -----

Então, a conclusão a que chegam é que destes vinte e três milhões os dez milhões são para fazer parte de algumas coisas que estão nos vinte e três milhões, mas quais? -----

Embora digam que vão ser repartidos da seguinte maneira: -----

- **Cinco milhões de euros são para habitação social**, mas não sabem se é construção nova, se é requalificação ou para retirar as pessoas que vivem em habitações com amianto.

- **Três milhões de euros são para obras** que têm uma série de prioridades, etc. -----

- **Dois milhões de euros são para fundos comunitários**. -----

E concluiu dizendo que são estes os motivos porque irão votar contra o **Orçamento** da



Câmara Municipal. No entanto, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia do PPD/PSD, que sempre criticou e sempre propôs que fossem repostas as verbas para as mesmas, são livres de escolher o seu sentido de voto. -----

Em relação ao **Plano Plurianual de Investimentos** irão votar favoravelmente, porque não são contra o investimento. -----

Contudo, por não terem consciência nem noção daquilo que será investido com o empréstimo dos dez milhões de euros, não o votarão favoravelmente. -----

2. O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente apresentou as seguintes dúvidas: -----

1º - No documento da SocioHabitaFunchal há várias páginas que têm vários títulos, mas não aparece nada de concreto sobre os mesmos, por isso parece-lhe que o documento está incompleto e como tal, não sabe se o mesmo poderá ser votado naquelas condições.

2º - Em relação às responsabilidades e contingentes também não está completo, porque só estão incluídos uma parte dos advogados que se dignaram a responder, e como os mesmos são pagos pela Câmara, não pode ficar ao critério deles qual a informação que devia de estar no orçamento. -----

3º - Em relação ao financiamento dos projetos europeus, questionou se os mesmos são comparticipados em oitenta e cinco por cento na totalidade, ou se é só a comparticipação da Câmara é que tem que ser paga? -----

4. O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP referindo-se ao Orçamento para dois mil e dezasseis ali apresentado, disse que no mesmo é bem visível o equilíbrio orçamental, onde as receitas correntes são capazes de cobrir todas as despesas correntes, e o seu remanescente para despesas de capital com regras baseadas no orçamento. -----

Verificam também a capacidade de endividamento e alguma redução em algumas rubricas,

tais como nas despesas, nos fornecimentos e nos serviços a terceiros com a Câmara, havendo no entanto uma ou outra rubrica com um aumento significativo como é o caso dos seminários e da publicidade, pelo que solicitam que as mesmas lhes sejam justificadas e esclarecidas. -----

Mas, no que toca às restantes despesas notam uma ligeira redução, um certo rigor e uma necessidade de reduzir a despesa corrente, pelo que esperam que não seja necessário um Orçamento Retificativo. Porque caso a Coligação de Esquerda vá para o Governo da República, e sejam efetuadas no Orçamento de Estado as reduções previstas dos impostos e o aumento da função pública no próximo ano, pode ocorrer que a redução no que toca a despesas com pessoal, seja necessário aumentar em vez de reduzir. -----

No bom rigor, julgam ainda que os cinco milhões de euros em termos de IRS, motiva o empolamento da receita deixando algumas dúvidas em relação ao equilíbrio orçamental e à poupança corrente prevista, uma vez que não se sabe para quando a execução daquele valor porque dependem das ações judiciais em curso. -----

No que toca ao Plano de Investimentos finalmente está prevista uma verba no valor de dez milhões de euros, e de acordo com o que analisaram, e ao contrário da apreciação da bancada do PPD/PSD, não têm dúvida que é claro e está definido. -----

Especifica quais e quantas são as obras, contudo sobre a habitação social e depois de verificarem que retirando setecentos mil euros para recuperação e para algum investimento já realizado de remodelações e reparações, dos oitocentos e poucos milhões de euros que lhes está atribuído, ficam apenas cento e setenta e cinco mil euros para investimento novo, o que consideram pouco para um setor muito carenciado e que nos últimos anos não tem sido bafejado pelo investimento. -----

Terminou dizendo que esperam que a Câmara cumpra aquilo a que se comprometeram com aquele Orçamento, porque atendendo ao passado recente de dois mil e quinze em

que estavam previstos na execução orçamental, no que toca às despesas de capital, dezanove milhões de euros de investimento e em outubro apenas já só tinham nove milhões de euros, surgem-lhe algumas dúvidas que a Câmara, com aquilo que diz que se compromete com este orçamento, seja capaz de cumprir com a conta passado um ano. --

5. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU expôs o seguinte: "**Receita e Despesa:** A CDU tem vindo, ao longo dos anos, a apresentar um conjunto de propostas que visam dotar a Câmara Municipal do Funchal de mais meios financeiros para fazer face a um conjunto de questões que consideramos prioritárias para o desenvolvimento local e para o combate às assimetrias que, infelizmente, continuam a condicionar negativamente o dia-a-dia das populações do concelho. Infelizmente, tal não tem merecido o acolhimento por parte das forças políticas que têm gerido os destinos do Município. -----

O Orçamento que nos é apresentado para 2016, apresenta uma redução, relativa a 2015, na ordem dos 6%. Apesar disto não deixamos de reconhecer que existem alguns aspetos positivos em relação a anteriores Orçamentos. Tal facto não nos leva a deixar de afirmar que poderíamos ter ido mais longe e apostando num outro conjunto de propostas capazes de gerar mais proveitos, entenda-se, mais receitas para a autarquia. -----

São conhecidas as posições que a CDU tem vindo a defender quanto ao IMI, nomeadamente a redução das taxas do IMI sobre os prédios urbanos para a taxa mínima de 0,30%, como forma de desonerar as famílias já de si sobrecarregadas com impostos e taxas. Embora considerando que existiram condições para irmos mais longe em termos de redução desta taxa, aceitamos a redução gradual da mesma. No entanto, não podemos deixar de referir que, mesmo com a redução de 0,01%, para 2016 a CMF prevê arrecadar mais 7% de IMI, correspondendo a mais de 1,1 milhões de euros. -----

A redução do IMI familiar em virtude da composição do agregado familiar (1 / 2/ 3 ou mais

filhos) constitui uma das medidas previstas em Orçamento de Estado e que se insere numa política de redução do esforço das famílias, que concordamos, mas que deveria obedecer a alguns critérios que não estão contemplados. -----

Por outro lado, a CDU tem vindo a defender e continua a ser o nosso entendimento que existem condições para o lançamento de uma Derrama superior à que atualmente está em vigor. O lançamento de uma taxa de Derrama superior à que se encontra em vigor constituiria uma fonte de receitas importante para o investimento camarário ou para o esforço dos apoios sociais. A possibilidade de arrecadar uma receita proveniente da Derrama que poderia situar-se acima dos 2 milhões de euros, não seria de descurar, possibilitando uma maior capacidade de investimento para a Câmara Municipal do Funchal. Igualmente consideramos que o Município deve manter a pressão e a exigência junto do Governo regional quanto ao recebimento dos valores à participação no IRS e que continuam em falta, assim como deveria proceder à inscrição das verbas que lhe são devidas por parte da EEM – Empresa de Eletricidade da Madeira. -----

No capítulo da Despesa assistimos a uma redução do total da Despesa em 6%, representando menos 5,1 milhões de euros, correspondendo a algum esforço que tem vindo a ser feito para atingir um maior rigor e equilíbrio orçamentais. -----

Nas Transferências Correntes é de destacar o aumento das verbas a disponibilizar para apoio às Freguesias (+ €250.000,00), bem como para as instituições sem fins lucrativos e as Famílias, totalizando um acréscimo de €395.177,00, ou seja, mais 33%. -----

- **Grandes Opções do Plano:** As Grandes Opções do Plano ficam condicionadas, tal como aconteceu no ano anterior por um conjunto de questões relacionadas com a conjuntura global nacional e por um conjunto de alterações legislativas, de responsabilidade direta do PSD e do CDS-PP que constituem um claro ataque à autonomia do Poder Local e ao desempenho das suas funções de primeiro elo de ligação às populações e à concretização

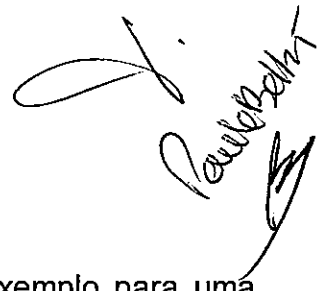


das suas aspirações e direitos. O próprio PAEL Programa de Apoio à Economia Local, subscrito pela CMF e que mereceu na altura larga aprovação do PSD e do CDS-PP e, também não é de esquecer o FAM – Fundo de Apoio Municipal, que sendo um fundo destinado à recuperação de autarquias em situação de rutura financeira obriga ao contributo por parte de outras autarquias, constituem-se como elementos que impedem uma maior capacidade de disponibilização de verbas para o tão necessário investimento. - A contração, por parte da CMF, de um empréstimo de 10 milhões de euros para fazer face às necessidades de investimento, é encarada como uma medida positiva, que é possível face à melhoria das condições económico-financeiras do Município, e que já havia sido proposto nos mesmos moldes pela CDU para 2015, embora com valores algo menores. -- Resulta deste Plano a possibilidade de inscrever um conjunto de obras em áreas prioritárias, algumas delas que deverão corresponder a projetos que estão previstos para recorrer a fundos comunitários. E aqui, uma vez mais, surge o Governo Regional como um parceiro fundamental para a evolução dos mesmos. -----

Na Habitação estão inscritas um conjunto de intervenções em diversos bairros sociais, a par da remoção do amianto, questão há muito colocada e que foi alvo de diversas intervenções da CDU ao longo dos anos. Trata-se de um começo, de dar os primeiros passos no sentido de serem resolvidas estas questões em que se arrastam há tempo demais. -----

No Urbanismos e Ordenamento do território, a Revisão do PDM, instrumento fundamental e fulcral para a dinamização da atividade económica e o desenvolvimento sustentado e equilibrado do concelho, tem que merecer a devida atenção e serem implementadas as medidas e os trâmites necessários para que o processo avance significativamente ao longo de 2016. -----

A reabilitação urbana de áreas degradadas como o Bairro dos Frias ou o Bairro dos



Moinhos, núcleos antigos de expansão da cidade, devem constituir exemplo para uma aposta mais significativa no desenvolvimento de outros processos de reabilitação. Vem ao encontro daquela que tem sido a intervenção da CDU no sentido de serem priorizados estes processos, pelo que podem trazer de dinâmica económica e social. -----

O investimento no projeto de recuperação e modernização da ETAR do Funchal merece claramente o nosso apoio até porque corresponde a uma problemática que a CDU por diversas vezes fez referência. -----


No plano das Acessibilidade – Novas Acessibilidade, surgem inscritas algumas novas obras, como é o caso da Vereda da Freirinha ou o Caminho do Jamboto, antigas reivindicações das populações locais. Embora necessitando de alguma clarificação e definição mais clara de algumas prioridades, este Orçamento e Plano apresenta alguma evolução que podemos considerar positiva face a anteriores documentos. -----

Reconhecendo que existem melhorias, no entanto, não podemos deixar de considerar que existem condições para podermos ir mais longe e reforçar a aposta num conjunto de prioridades e intervenções, que na nossa opinião, não estão totalmente assumidas”. -----

6. O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM expôs que aquele Orçamento de dois mil e dezasseis é um documento fundamental para os Funchalenses, e que mereceu a construção por parte da Vereação e de algumas reuniões com todos os grupos parlamentares, demonstrando uma plataforma de diálogo e entendimento. -----

Depois referiu e louvou a explanação da redução efetiva de vinte e cinco milhões de euros à dívida global. -----

Referiu também que é um investimento essencial na reabilitação urbana, na proteção civil, na ação social, nos espaços verdes, na cultura e no turismo. Demonstrando ainda, através das transferências realizadas para as Juntas de Freguesia, que há uma atenção especial



pelas zonas altas, e um tratamento de igual forma para com as mesmas, para que em consonância com os anseios e com as reivindicações das populações venham ajudar a concretizar esse investimento. -----

É também um Orçamento que segue todas as boas regras orçamentais nas médias dos últimos vinte e quatro meses, e que demonstra rigor, transparência, poupança e boa gestão dos dinheiros públicos, como se comprova na mantida aposta na Cultura, onde por exemplo, o Funchal Jazz custa metade daquilo que custava no passado. -----

Quanto às legítimas e expectáveis receitas do IRS, do Governo Regional para com aquela Autarquia, têm a ver acima de tudo com a coerência política, porque quem governa agora no Governo Regional é quem reivindicava esses valores quando dirigiu e presidiu aquela Casa. -----

Por isso, quer nos Orçamentos de dois mil e dez quer no de dois mil e onze, fizeram as seguintes inscrições: -----

- Nas receitas que pretendiam com a participação do IRS Variável de cinco por cento. ----
- Na rubrica da participação do IRS foram inscritos inicialmente, cinco milhões de euros, sendo atualizado a meio do ano para dez milhões de euros, mas nenhuma daquelas verbas foram liquidadas nem retiradas do orçamento. -----

Por isso apelou à magistratura dos Senhores Deputados Municipais do PPD/PSD, que junto do seu colega de partido, o Senhor Presidente do Governo Regional, o influenciem para que seja pago de uma forma mais rápida e mais célere, o que é da Autarquia do Funchal.

Uma outra questão que fez quesito de sublinhar, que vai além daquele Orçamento quer no passado recente, quer no futuro, é que o Município do Funchal vai devolver aos funchalenses dez milhões de euros durante os próximos quatro anos. Que numa época com uma conjuntura económica deveras difícil, é um esforço realmente significativo para fazer face a algumas dificuldades da população funchalense, e não para pagar despesas



correntes como fez a Autarquia anterior. -----

Terminou dizendo que votar contra aquele Orçamento é votar contra o investimento das zonas altas, contra a reabilitação urbana e contra as reivindicações que algumas populações faziam e concretizavam. -----

7. O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do GMM manifestou o seguinte: “Está em discussão o Orçamento para 2016 da Câmara Municipal do Funchal. É verdade que será um Orçamento mais modesto relativamente aos últimos anos, quando havia dinheiro para tudo: noivas caras, Orquestras, Jornal do Regime, Marinas, Sociedades de Desenvolvimento (hoje falidas), e ainda espetadas e vinho seco à fartazana. -----

Mas, também é verdade que por todos esses desvarios, a Região perdeu a Autonomia Política, devido à imposição de um feroz plano de resgate e ainda a Autonomia Financeira, devido a uma “modesta” dívida de 6 mil e tal milhões de euros. -----

A abundância era tanta que o então Presidente do Governo Regional, até se esqueceu de mil e tal milhões de euros, debaixo dos tapetes da Quinta Vigia. -----

Se agora recordo este triste passado, que os madeirenses tentam esquecer, é para lembrar que devido a essas extravagâncias o Executivo desta Câmara terá que fazer uma gestão ao cêntimo para gerir as dívidas acumuladas e os fracos recursos financeiros herdados, com ponderação e transparência porque ainda estamos a braços com dívidas do PAEL e do PAEF que os Executivos anterior generosamente nos deixaram. Infelizmente, para a Madeira e para os Madeirenses, a crise não será apenas para as Câmaras, uma vez que tudo indica que o Orçamento do Governo Regional para 2016, a apresentar na Assembleia Legislativa Regional, no próximo mês, terá novamente medidas pouco agradáveis para todos nós. -----

Pese embora os argumentos atrás referidos, que alguns Senhores Deputados Municipais irão votar contra este Orçamento. Recordo apenas aos Senhores Presidentes de Junta que



inclui as zonas altas, também foram contemplados com o Orçamento de verbas para 2016. Para os que não sabem, ou não querem saber, recordo que em 2015 as freguesias foram contempladas com 1.150.000€ e para 2016 serão 1.400.000€, logo um aumento de 250.000€. -----

Falemos um pouco do Investimento que tem sido o cavalo de batalha da oposição. O esforço de Investimento que esta Câmara tem feito poderá não ser o desejável, nem pelo Executivo, nem pela Oposição, mas dentro dos fracos recursos financeiros, o Investimento começa a aparecer e as obras já estão no terreno. -----

Poderão visitar a Freguesia do Imaculado Coração de Maria e verão, no Caminho Novo da Piedade, um muro de suporte para contenção de terras (2.017). -----

Freguesia de São Roque, Caminho de Santana, obras de pavimentação (14.906). -----

Freguesia de São Martinho, Rua da Praia Formosa, obra de consolidação do leito da ribeira.

Freguesia de Santo António, alargamento de um troço na Travessa das Preces (6.842) onde o proprietário estava a construir um muro sem os devidos alinhamentos e foi necessário a intervenção desta Câmara na pessoa do Vereador Domingos Rodrigues. ----

Poderia ainda falar do Complexo Balnear do Lido, do Caminho Velho da Igreja, do nó do Lido e outros, como o empréstimo dos 10 milhões para bairros sociais e rede viária, mas não vou enumerar mais obra para não incomodar os Senhores que andam a apregoar publicamente que esta Câmara está parada. -----

Se juntarmos a tudo isto os 3,7 milhões de transferências correntes para 2016, que engloba apoios às famílias carenciadas e entidades coletivas, teremos um aumento de 0,9 milhões face ao ano de 2015. -----

Como vêm mesmo dentro de uma terrível austeridade imposta pelo Governo da república e pelo Governo Regional, a Câmara Municipal do Funchal não regateia esforços para ajudar os funchalenses e o nosso Município, como já mencionou o Senhor Presidente da Câmara.



Senhoras e Senhores Deputados votar contra este Orçamento e Opções do Plano, é não saber fazer uma leitura política / social que a Região e o País atravessa, é defender apenas indicações partidárias, será puro ressabiamento político. -----

Por outro lado, parece que os Senhores Deputados do PSD continuam preocupados com a reinscrição dos 5 milhões de euros referentes ao IRS para 2016. Mas relembro que os Senhores não têm moral para falarem nisso, porque alguns dos senhores Deputados ainda aqui presentes terão dado a sua anuência para que essa verba fosse inscrita em 2010 e 2011. -----

E, mais grave, nem fizeram orçamentos rectificativos empolando assim os orçamentos dos anos seguintes. -----

Esta Câmara, ao contrário do que os Senhores fizeram, está a agir dentro da Lei, inscrevendo os 5 milhões de euros do IRS, a que tem direito e esperando que o Senhor Presidente do Governo Regional, seja coerente e honre as suas dívidas. -----

Mas, se tal não acontecer, no próximo ano far-se-á novo Orçamento Retificativo como determina a Lei. Onde está o mal?" -----

8. O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD deu os seguintes assentos acerca daquele orçamento: -----

- Sobre a redução do passivo da Câmara em cerca de vinte e cinco milhões de euros, disse que não é uma tarefa deste Executivo, porque decorre apenas da aplicação do Plano de Ajustamento Económico Local e fosse esta ou outra Câmara, isto aconteceria na mesma, pois é apenas uma questão de gestão normal daquilo que já estava previamente definido.

- Em relação à entrega do aumento dos valores às Juntas de Freguesia, é a reposição daquilo que já acontecia anteriormente, reposição essa que é feita em função de cada Junta, da sua população e dos seus limites geográficos. -----

- Quanto ao empolamento dos orçamentos no passado, é o mesmo que encontram agora,



que é a introdução de verbas que têm a ver com o IRS, que pertence, sem dúvida nenhuma, à Autarquia do Funchal, e que tem que ser pago por quem de sua justiça, que é o Orçamento Geral do Estado, e não pelo Orçamento da Região Autónoma da Madeira. -----

- Em relação aos dez milhões de euros que irão devolver à população, considera outro mito urbano, e embora não tenham nada contra e considerem uma medida acertada quer do ponto de vista social quer do ponto de vista de justiça, não podem concordar é que devolvam dez milhões de euros e peçam emprestados dez milhões de euros para investimento, porque se não sabem que valores vão estar inscritos como é que podem considerar que os mesmos, são aqueles que se referem a este empréstimo que vai ser feito para investimento? Se somarem todas vai dar esse valor? Então porquê que continuam a colocar obras ou prioridades de coisas que não estão contempladas nos dez milhões de euros? -----

Assim, a bem da população funchalense espera que aqueles investimentos se concretizem, porque sejam feitos pela Mudança, pelo PPD/PSD, pelo CDS/PP, ou por quem for, se vêm em proveito da população terá sempre um efeito positivo, e depois o julgamento dessa mesma população será aquele que será feito aquando do próximo ato eleitoral. -----

- Sobre o Orçamento, tal como já ali foi referido, também concorda que este é o melhor Orçamento que este Executivo apresentou desde que está em funções, porque eventualmente é o orçamento mais parecido e mais próximo daqueles que o PPD/PSD fazia no passado. Portanto, chegou o tempo de fazer qualquer coisa, o tempo de realizar obra e de acolher com maior intensidade os anseios da população. -----

--- **O Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** esclareceu o seguinte: " Vou começar com a questão da listagem de obras, porque parece que houve aqui um equívoco, e a talho de foice, também explicar aquilo que foi uma preocupação do Deputado **Rui Cortez**, sobre o que é que é o não definido no PPI e porquê que tem 23 milhões de



euros se nós vamos pedir um empréstimo de 10 milhões de euros. -----

Ora de acordo com as regras orçamentais, nós não podemos subscrever no Plano de Investimentos empréstimos que ainda não estão autorizados por esta mesma Assembleia, e isso virá ainda este ano, presumo, na última Assembleia Municipal do ano. -----

Como tal, colocamos numa rubrica que é não definido, lançamos as obras e colocamos no não definido. Sendo que no momento em que for aprovado o empréstimo, nesta Assembleia, passa a constar no definido e então os tais 10 milhões que acrescentando-se àqueles 10 milhões que lá estão neste momento, portanto ficaria 20 milhões. -----


E porquê que tem 23 milhões? -----

O não definido inclui os empréstimos, portanto tudo o que são dotações financeiras que ainda não temos a garantia que não são receitas próprias da Câmara. -----

A questão do empréstimo, são receitas que carecem ainda de aprovação do empréstimo desta Assembleia, os fundos comunitários que carecem por autorização e validação pelas autoridades de gestão e daí se estivesse atento àquilo que eu disse, que dentro dos 10 milhões de euros, existem 2 que permitirão alancar projetos, fundos comunitários de 13 milhões de euros, fazendo as contas já se percebe que dão os tais 23 milhões que são os 10 milhões do empréstimo e os restantes 13 milhões de fundos comunitários que aquele montante permitirá ir buscar por essa via. E também só passarão para o definido, assim que tenhamos o vínculo da autoridade de gestão que podem passar para o definido. -----

Em relação à listagem de obras que está na nota final do Orçamento, no PPI existem as rubricas com o não definido mas obviamente não estão elencadas uma a uma. -----

Sobre a listagem que fala o **Deputado Carlos Rodrigues**, algumas obras não têm dotação financeira porque não têm projeto nem orçamentação feita. Aquelas que lá constam a dotação financeira são aquelas que já temos cá na Câmara em carteira, e muitas delas são obras de há muitos anos e que já existe um projeto feito pelo que podemos orçamentá-las.



Qualquer das formas, devo também deixar a nota que como preambula essa listagem, houve uma salvaguarda dizendo que para não levantar falsas expetativas de vontades expressas e manifestas dos nossos munícipes em ter essas obras feitas, elencamo-las. Mas a dotação financeira total são 3 milhões de euros, porque existem três conjuntos de obras que são prioritárias, em que os munícipes cedem gratuitamente os seus terrenos para que se possa fazer o projeto, pois se formos a contar com expropriações de todas essas obras, obviamente que as dotações financeiras serão muito superiores, e devemos também priorizar os munícipes com este espírito cooperativo para com a Câmara. -----

Em segundo lugar as obras que permitam uma sinergia entre rede viária e rede de águas e saneamento básico, e em terceiro lugar as obras que abranjam o maior número de agregados familiares, para desta forma conseguirmos maximizar o efeito da aplicação deste investimento para o máximo número de munícipes que podemos atingir. -----

Voltando ao início, àquilo que foi a intervenção do **Deputado Rui Cortez**, pelas suas palavras quase que indiciava que iria votar a favor do orçamento, tal era a concordância com muitas das diretrizes aqui vertidas. De qualquer das formas em relação à dívida e àquilo que é dívida para investimento e dívida para despesa corrente, devo dizer que para habitação social, no passado, foram efetuados empréstimos no valor de 12,6 milhões de euros, uma dívida que atingiu 112 milhões de euros que não se justifica com os empréstimos à habitação social, muita dessa dívida foi de facto contraída por via de atrasos a pagamentos a fornecedores. -----

Portanto, estamos a falar de dois tipos de dívida diferente, uma é dívida por atrasos de pagamento e consolida-se dívida comercial e dívida financeira, e outra é uma dívida que está vinculada ao investimento, esta dívida terá obrigatoriamente um reflexo no ativo da Câmara Municipal. -----

Em relação aos Contratos-Programa, eu nunca disse que os Contratos-Programa com o



Governo Regional eram maus. Antes pelo contrário, até nesta mesma Assembleia já tive oportunidade de referir que na reunião que tivemos com o Executivo do Governo Regional, houve uma intenção manifesta de se voltar a utilizar estes instrumentos naquilo que eles permitem depois do período do PAEF, nomeadamente da requalificação do Bairro dos Frias e na requalificação do Bairro dos Moinhos, que a legislação permite. E obviamente olharíamos com bons olhos o regresso deste tipo de instrumentos financeiros, só para terem uma ideia em 2005 representavam 7,5 milhões de euros/ano e em 2015 estamos em zero. -----

Portanto, houve de facto um desinvestimento por parte deste instrumento financeiro que seria de todo o interesse dos munícipes do Funchal que fosse utilizado novamente. -----

Em relação à questão sobre os Seminários, Exposições e Similares têm neste momento 838 mil euros orçamentados, em 2014 tinham 570 mil euros e no passado tinham 350 mil euros. Isto deve-se à reclassificação orçamental que foi feita de investimentos na área da cultura, como o Funchal Jazz, as Semanas da Mobilidade e as Conferências, que antes era tudo levado a investimento e incluído no Plano de Investimentos. -----

Do ponto de vista contabilístico fomos aconselhados pelo nosso ROC, a inscrever isto como despesa corrente, e como tal, hoje em dia está aqui caracterizada como despesa corrente daí esta rubrica de Seminário, Exposições e Similares, que inclui também as comemorações do 25 de Abril e as comemorações do Dia da Cidade. -----

Em relação à Publicidade, a publicação de editais à Imprensa Nacional Casa da Moeda e tudo o que são publicações em Diário da República, encaixam-se precisamente aqui, e devo até salientar que houve uma redução de 215 mil euros para 156 mil euros nesta rubrica. -----

No concernente àquilo que falou sobre o relatório da Frente MarFunchal, de facto apresenta o valor das receitas dos parquímetros de sensivelmente 900 mil euros, que face à anterior



concessão que havia com a SEP representa uma redução, devo lembrar que foi votado nesta mesma Assembleia uma redução de 15% de todos os parquímetros, uma proposta na altura feitas pelo CDS/PP e aprovada pela maioria dos Deputados desta Casa. -----
Portanto, 15% representa este diferencial que antigamente representava sensivelmente 1 milhão de euros, agora para o Município, continuamos a ter uma receita de 450 mil euros, ou até mais, que são 48% das receitas da Frente MarFunchal. -----
Agora o que esqueceu-se de referir, é que já não veio este ano aqui nenhum contrato programa de subsidio à exploração à Frente MarFunchal, pois esta neste momento tem autonomia financeira. E retiramos 400 mil euros ao orçamento municipal, que todos os anos eram transferidos por via de contratos programa ou de subsídio, à exploração à Frente MarFunchal que neste momento dispensamos essa despesa, portanto significa que no seu grupo Autárquico a Câmara ficou a ganhar com esta decisão. -----
Respondendo ao **Deputado Eduardo Welsh**, é a primeira vez que os patrocínios judiciais vêm no orçamento, foi uma recomendação por via de uma formação da DGAL aquando do Fórum Autárquico, que recomendou que devia constar nos mapas do orçamento estes valores em litigância, quer para pagar quer para receber. -----
De facto, nem todos os nossos advogados respondem a esta informação, há um conjunto de processos que não tivemos informação sobre os valores em litígio, mas se oportunamente os tivermos faremos chegar a informação a toda esta Casa. -----
Em relação ao relatório da SocioHabitaFunchal, os mapas que constam aí são mapas em A3 e já pedi que fossem impressos e distribuídos por todos os Senhores Deputados. De qualquer das formas o orçamento da SocioHabitaFunchal, já vem aprovado em sede de Assembleia Geral, vem aqui à Assembleia para informação aos Senhores Deputados. ----
Sobre os projetos europeus, penso que já respondi quando respondi à questão dos 13 milhões de euros, porque os 85% de comparticipação permite alavancar estes 13 milhões



de euros. -----

O **Deputado Lino Abreu** quando fala de empolamento de receita e a questão do IRS, a questão do IRS de facto já foi inscrito em orçamentos passados, já foram feitas auditorias inclusive a esses orçamentos e não identificaram isso como problema. -----

As circunstâncias em que foram incluídas essas verbas foram as mesmas em que estamos agora, havia um processo judicial em curso, houve a inscrição das verbas no orçamento. O que não houve foi a retirada em orçamento rectificativo desses montantes como fizemos na última Assembleia Municipal. -----


Devo dizer quando se fala em empolamento de receita, este Executivo no Orçamento do ano passado teve uma taxa de execução de 89%, que se excecionarmos o ano de receitas do PAEL que teve uma taxa de execução próxima de 97% no Executivo passado. -----

Se formos olhar de 2013 para trás a média de execução era de 70% com orçamentos substancialmente superiores aos nossos, todos acima dos 100 milhões de euros. -----

Ora, estamos a falar de não execução orçamental em média de 35 milhões de euros em cada ano. Nós este ano, sabendo que não íamos receber 5 milhões de euros, retiramos neste momento e ainda faltando dois meses de execução de receita, já temos 70% da receita executada sabendo que no próximo mês recebemos a segunda maior fatia do IMI, que é em dezembro. -----

Portanto, eu acho que são incomparáveis orçamentos que têm taxas de execução acima dos 85%, como indica a própria Lei nº 73/2013. Mas orçamentos de 70% com margens de 35 milhões de euros, eu penso que não podemos acusar que este orçamento em particular que estamos aqui a votar, por causa de 5 milhões de euros que são receitas que são reconhecidas pela Câmara Municipal do Funchal, lhe sejam consideradas receitas empoladas. -----

Em relação ao não definido eu penso que já está esclarecido. -----



Sobre a questão da construção nova e da habitação social, deixe-me dizer que em 2010 houve um procedimento concursal para lançar a obra de dois bairros de habitação social, Quinta Falcão e os Viveiros. Ora à data, tínhamos garantido o financiamento do IRU portanto, esses projetos estão cá e estão feitos. Foram objeto de concurso, houve inclusive um relatório preliminar com vista à adjudicação, mas depois do 20 de Fevereiro todas as verbas do IRU foram cativadas para a Lei de Meios, e ficou sobre a entidade gestora da lei de Meios, na altura o Governo Regional, com essa dotação do IRU. Portanto, tivemos que anular o concurso face a esta questão, não houve construção nova por parte da Câmara Municipal porque as verbas do IRU foram entregues à Lei de Meios, ao Governo Regional, para poder fazer face a todas as questões derivadas da Lei de Meios. -----

Agora começamos novamente a poder, com base no empréstimo no mercado livre, a fazer algumas construções que ficaram, na altura, por fazer e de permeio pôr em prática o Programa de Amianto Zero. -----

Em relação às despesas de capital, que falou que era uma execução baixa, não podemos olhar para a execução baixa das despesas de capital sem ter em consideração dois fatores. O primeiro é que dessas despesas de capital saíram já em orçamento rectificativo o IRS, por um lado concomitantemente as despesas que estavam a elas indexadas e é preciso colocar em perspetiva que em 2005, tínhamos receitas de capital na ordem dos 66 milhões de euros e hoje em dia temos 5 milhões de euros de receitas de capital. -----

Se formos a ver o que é que provocou isto, é um misto de término dos contratos-programa e um misto de redução das transferências do orçamento de estado, que na altura eram 6 milhões de euros e hoje em dia cifra-se só em 700 mil euros. -----

As questões do IRU também, que em 2010 deixaram de existir, e o próprio Quadro Comunitário de Apoio que ainda não tem uma execução financeira. Este ano, temos exclusivamente, como já tive oportunidade de dizer, as verbas do Lido e chegamos a ter 25



milhões de euros em receitas de capital proveniente de Fundos Comunitários. Portanto, esta questão de termos uma baixa execução das despesas de capital, está também relacionada com estas duas situações e não podemos desassociá-la. -----

Finalmente, em relação às questões colocadas pela **Deputada Herlanda Amado** e naquilo que pretendia ir mais longe, nomeadamente na inscrição de verbas da EEM dos 9 milhões de euros das taxa municipal de direitos de passagem, isso não foi inscrito porque já foi inscrito no passado por sete vezes e não houve, até á data, nenhuma diligência no sentido de cobrar estas receitas, o que significa que há aqui o perigo das receitas poderem não ser reconhecidas por parte do devedor, que ao contrário do Governo Regional e do Estado das Autarquias Locais, cujas dividas não são de cobrança duvidosa, o mesmo não se aplica ao setor empresarial local podendo eventualmente ser de cobrança duvidosa. -----

Portando, nesse caso foi uma opção não inscreve-la até porque no passado as práticas levavam a que isso fosse inscrito, totalizando até 3 milhões de euros em inscrições que são para mais preocupantes, quando não há nenhuma tentativa de boa cobrança como foi feita à semana passada com a notificação da EEM no sentido de liquidar as faturas em falta. --

Terminando, mas não menos importante, a questão do **Deputado Carlos Rodrigues**, só dizer que a redução de 25 milhões da divida não tem de facto a ver com o PAEL, tem a ver com a própria gestão que se faz do Município do Funchal e também, verdade seja dita, pela questão da Lei dos Compromissos que não só nesta Câmara mas em todas as outras Câmaras, veio disciplinar um pouco a forma como se gere a gestão financeira de curto prazo". -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP** começou por felicitar a exposição do Senhor Vereador Miguel Gouveia, da ordem de trabalhos a nível financeiro porque julga que todos ficaram esclarecidos. -----

Depois elencou as seguintes dúvidas do Grupo do CDS/PP: -----

- Se o montante que a Câmara despende com a Empresa NORVIA que gere o PDM está refletido ou não, no Orçamento da CMF para dois mil e dezasseis? E se existe o representante da Assembleia Municipal nessa Comissão de Acompanhamento? -----

- Sobre o Plano Estratégico de Turismo, referido pelo Senhor Presidente da Câmara na Conferência de Desafios da Economia Local, no dia dois do mês em curso, questionaram se a verba alocada ao segmento do turismo de apenas cento e trinta e cinco mil euros, não é pouco auspiciosa para aquele plano estratégico na Cidade do Funchal? -----

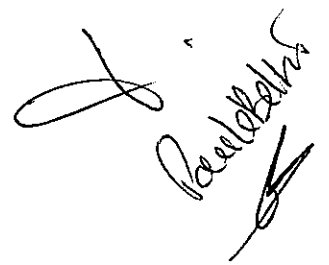
- Por fim, colocou um desafio à Câmara de colocar estrategicamente no seu programa do próximo ano a área da Juventude, nomeadamente a Capital Europeia da Juventude como uma preocupação preliminar numa das possíveis candidaturas do Funchal a essa mesma Capital Europeia da Juventude. Porque acha que o Funchal tem todas as condições de ter aquela candidatura, e de todo o seu Executivo e de todas as cores políticas levar avante essa projeção mediática no Concelho do Funchal. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** proferiu os seguintes esclarecimentos: -----

Sobre a questão do Orçamento apresentado ser igual ao do PPD/PSD, comunga com a opinião do Senhor Vereador que tem o pelouro das finanças, de que o mesmo não o é, porque o que realmente os diferencia é a sua elaboração e execução. -----

Também discorda do que foi dito sobre o empolamento do mesmo, pois o exemplo mais claro é o que fizeram no ano passado com a inscrição das verbas do IRS em falta, em que elaboraram um orçamento retificativo porque não gastaram essas verbas. -----

E voltou a referir que é politicamente de todo o interesse que essas verbas sejam inscritas no Orçamento, porque é um direito da Câmara além de que o IRS cobrado na Região fica na Região, e que as decisões do Supremo Tribunal Administrativo e do Acórdão do Tribunal Constitucional são claríssimas nessa matéria. Sendo esse o motivo da ação judicial contra o Governo Regional. -----



Quanto ao Investimento só é executado na segunda metade do mandato, porque primeiro estiveram a arrumar a casa e o lixo deixado pela governação anterior, para poderem consolidar as finanças e assim investir e transferir mais de vinte por cento para as Juntas de Freguesia, porque merecem pelo trabalho que desenvolvem perante as populações, que em dois mil e dezassete irão julgar não só este Executivo como toda a oposição. -----

E o investimento está a acontecer, como se pode verificar, quem é que está a terminar a obra do Lido, quem é que abriu o Beco do Paiol, uma obra prometida há mais de trinta anos, e quem é que recuperou o Mercado da Penteada. -----


Quanto aos gastos com a NORVIA, as verbas serão pagas conforme a execução daquilo que está estabelecido no respetivo caderno de encargos. -----

Relativamente ao Turismo anunciou que está em fase de conclusão a Estratégia Municipal de Turismo, e é sua intenção apresentá-la no mês de dezembro. -----

As verbas sobre aquela matéria não são só aquelas que estão alocadas àquelas rubricas, porque a estratégia no turismo e a intervenção no turismo que querem fazer e assumir como sua é transversal, pois a questão dos seminários e da cultura também fazem parte dessas verbas, portanto não é só a questão da rubrica que está alocada ao turismo, é muito mais do que isso. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara dizendo que chamar lixo àquilo que a câmara anterior deixou, vai ficar registado em ata. -----

E que falar na obra do Lido, quase que chega a roçar a indecência porque sem os fundos comunitários, que não são dinheiros da Câmara, esta não faria nada no Lido. Pois qualquer Câmara que chegasse depois do 20 de Fevereiro teria que fazer a obra do Lido, por isso não estão a lançar nenhum projeto inovador para a Cidade, mas sim uma obrigação moral de quem ali estivesse. -----



Prosseguindo, disse continuar sem saber o que é que vai ser gasto com os dez milhões de euros que vão ser aprovados numa futura Assembleia, embora o Senhor Vereador Miguel Gouveia tenha tentado explicar, e o Senhor Deputado Gonçalo Pimenta tivesse ficado esclarecido. -----

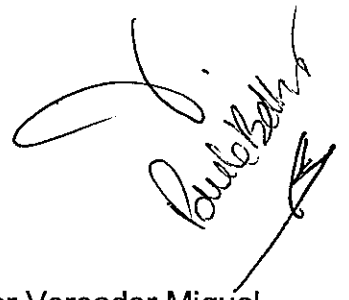
Porque como não elencaram no Plano de Investimento o que é que vão investir com os dez milhões de euros, poderiam ter anexado um quadro de Excel dizendo quais eram os investimentos, ou então levavam à aprovação aquele documento juntamente com o do empréstimo, e aí saberiam do empréstimo dos dez milhões para que era e do Plano de Investimento para que seria. -----

Todavia, continuam a ter um documento que irão votar sem saber para quê que vão ser os dez milhões de euros que estão ali inscritos. -----

Sobre os Contratos-programa, de facto o Senhor Vereador nunca disse mal dos mesmos, porque não estava ali presente entre os anos dois mil e dois mil e doze, mas se consultar as atas desse período, poderá ver o que os partidos que suportam o seu posto de trabalho e a sua Coligação diziam sobre os mesmos. E agora aprovam um orçamento que inclui, e muito bem, Contratos-programa que o Senhor Vereador quer fazer. -----

Sobre os oitocentos mil euros para seminários, percebeu que tem que ver com a cultura mas a pergunta que lhe fez não ficou esclarecida, porque questionou em que é que a Câmara vai investir quase um milhão de euros. -----

Em relação aos Parques de Estacionamento confirmam-se os seus receios, porque a Câmara vai ganhar menos por estar lá a gerir do que a concessionar a privados. Porque não houve nada de novo para a Câmara nem viabilizaram a empresa Frente MarFunchal ao passá-los para esta, e não melhorou a sua gestão para poder passar a estar viável, ficou foi incluído um negócio lá dentro que não estava antes, e que era da Câmara diretamente e agora ficou numa empresa pública da Câmara. -----



Sobre a estranheza que a votação daquela bancada provocou no Senhor Vereador Miguel Gouveia, depois dos elogios que fizeram sobre aquele Orçamento ser igual aos do seu partido, lembrou o que disseram nas reuniões preparatórias que tiveram com o Senhor Vereador sobre o Orçamento, em que lhe disse diretamente que o PPD/PSD não votaria a favor nem se absteria no Orçamento que incluísse os cinco milhões de euros do IRS. Porque julgavam que era um erro de um ponto de vista político e contabilístico incluído, e que essa era condição sozinha para votarem contra aquele Orçamento, portanto a partir daí não seria uma surpresa da parte deste. -----

Por último, ao delegarem competência, nos Presidente de Junta para por exemplo escolher votar a favor ou absterem-se, ao contrário de outros partidos no País, não estão a formar uma coligação negativa para derrubar aquela Câmara, pois sabem o sentido da responsabilidade que têm e não vão ser nenhuma força de bloqueio nem estão interessados em derrubar qualquer Câmara e inviabilizar Orçamentos. Por isso e pelo que já referiu é que votarão contra, tendo os Senhores Presidente de Junta votado como entenderam. -----

--- **O Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** começou por esclarecer e agradecer a exposição e as palavras simpáticas do **Senhor Deputado Gonçalo Pimenta**, dizendo que o trabalho e a responsabilidade pela elaboração daquele Orçamento não foi só seu, mas também do Departamento Financeiro num contexto em que o Diretor daquele Departamento foi eleito para a Assembleia da República. Daí que em relação ao ano passado as anteriores Chefes de Divisão acabaram, por sua iniciativa, abraçar outros projetos, por isso também quis ali deixar e referir o seu agradecimento a todas as pessoas do Departamento Financeiro que tiveram direta ou indiretamente ligadas à elaboração daquele Orçamento, nomeadamente às suas Chefes de Divisão Magda Perestrelo e Maribel Freitas. -----



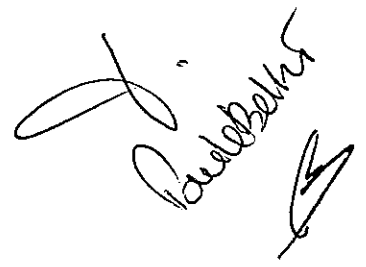
Em relação às questões que o **Senhor Deputado Rui Cortez** falou sobre a Empresa Frente MarFunchal, julga que as contas são claríssimas de se fazer. Porque se antigamente a Câmara com a concessão tinha nas suas contas receitas no seu grupo, de quatrocentos e cinquenta mil euros e neste momento tem novecentos e oitenta mil euros em todas as contas consolidadas do seu grupo, é lógico que houve ali uma entrada de dinheiro que não existia, adquirindo-se assim receitas adicionais. -----

Depois confirmou que de facto haviam-no dito qual seria o seu sentido de voto caso inscrevessem o IRS, daí o seu espanto com as palavras proferidas no sentido de achar um conjunto de situações positivas com aquele orçamento, registando também esse agradecimento. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente** agradeceu a explicação dada pelo Senhor Vereador sobre as páginas que estão omissas, porque foi de facto a informação que foi distribuída em papel e digitalmente, sendo esse o documento que vai ser ali votado sem aquelas páginas. Como tal, também não compreende qual foi o documento aprovado em reunião de Câmara, se foi um documento completo ou uma cópia sem aquelas páginas. -----

--- **O Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** esclareceu que aquilo que votaram em reunião de Câmara, foi o Orçamento Municipal para dois mil e dezasseis, as Grandes Opções do Plano para dois mil e dezasseis, e os relatórios dos orçamentos da Frente MarFunchal e da SocioHabitaFunchal que como são a título informativo, não foram votados para serem aprovados porque são aprovados pelas suas próprias Assembleias Gerais. -----

Em relação ao lapso da falta de páginas no processo, voltou a lamentar o facto e como já disse serão distribuídos a título informativo, para poderem consultar e eventualmente diligenciarem o que entenderem nas atividades de fiscalização que é competência daquela



Assembleia, no entanto aquilo que estão a aprovar é o Orçamento e as Grandes Opções do Plano. -----

--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o **Ponto Três - Proposta de Orçamento de 2016** à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com dezanove votos a favor, sendo dezasseis do GMM, três do PCP/PEV, catorze votos contra sendo onze do PPD/PSD, três dos Deputados Independentes, dez abstenções sendo cinco do PPD/PSD e cinco do CDS/PP.** -----

Ponto Quatro - Opções do Plano para 2016, aprovado por maioria com vinte e quatro votos a favor, sendo dezasseis do GMM, cinco do CDS/PP, três do PCP/PEV e dezanove abstenções sendo dezasseis do PPD/PSD e três dos Deputados Independentes. -----

--- Não havendo declarações de voto o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o **Ponto Cinco - Mapa de Pessoal para 2016, em observância do disposto na al. al. o) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, o qual passou a palavra à **Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes** que em breves palavras disse: "O Mapa de Pessoal constitui uma ferramenta muito importante, tanto no planeamento como na gestão dos recursos humanos e faz parte da Lei. -----

Se repararem no atual mapa que hoje vos estamos a apresentar, poderão verificar que há uma redução do número de cargos de Chefia de 55 para 40 lugares e que decorreu da nova orgânica aprovada no início deste ano. -----

Com esta orgânica de 2015, que foi implementada por nós e decorrente da Lei nº 49/2012 que impõem um acentuado corte de dirigentes, conseguiu operacionalizar-se uma maior eficácia dos serviços prestados pela Câmara. Conseguiu-se uma menor dispersão de meios e dos serviços, reduzindo-se assim alguns custos e racionalizando-se diferentes serviços

prestados. -----

Estamos a trilhar o caminho para responder às exigências do orçamento de Estado que nos obriga, como sabem, a reduzir os custos com o pessoal, o nosso objetivo é fazê-lo mas nunca diminuindo a eficiência dos serviços. -----

Há uma preocupação que eu gostaria aqui de vos apresentar, como sabem o número de postos de trabalho maioritário na nossa Câmara é o dos Assistentes Operacionais, são 1.053 trabalhadores (as) que correspondem mais ou menos a 57,8% da massa laboral da CMF. -----

Nesta categoria temos por exemplo, muitos elementos que trabalham no Departamento de Obras e também no Departamento de Ambiente. Como sabem a Câmara tem trabalhadores quase maioritariamente entre os 45 e os 54 anos o que significa 45,4% do pessoal dos quadros da Câmara, muitos deles estão precisamente nestes setores das Infraestruturas e do Ambiente. E é uma questão que nos preocupa porque muitos deles estão cada vez mais envelhecidos e cada vez mais sujeitos a acidentes de trabalho, esta é uma questão que preocupa os Dirigentes e que nos preocupa a nós também, com a não possibilidade de contratação, que por enquanto ainda estamos a ter que não realizar, esta é uma questão que nos preocupa e que tentaremos ver como poderemos encontrar as soluções mais adequadas. -----

Saliento ainda que desde o início do ano se registou a saída de 41 trabalhadores, 20 deles saíram de forma definitiva, quer por motivos de aposentação, de falecimento ou por rescisões de mútuo acordo, 21 saíram através de licenças sem remuneração ou por questões de mobilidade ou por comissões de serviço decidiram optar por outros projetos para as suas próprias carreiras”. -----

INSCRIÇÕES: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD expôs que

com base no que a Senhora Vereadora Madalena Nunes referiu, sobre o peso relevante dos Assistentes Operacionais no quadro da Câmara, e associada a esse peso e por via das funções que desempenham, que são funções de mão-de-obra intensiva, mas também associado a isso a preocupação que existe no que diz respeito à faixa etária que a maioria desses trabalhadores se inclui e que por via dos constrangimentos legais, existirá pontualmente alguma dificuldade na requalificação dos mesmos, passando esses Departamentos a serem integrados por pessoas mais novas e eventualmente requalificar os que neste momento estão a desempenhar essas funções para outras funções, colocou a seguinte questão: que medidas ou potenciais soluções já estão a ser pensadas por aquele Executivo? -----

--- **A Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes** respondeu que mencionou aquele facto porque acha que a gestão daquela Câmara é partilhada e a Assembleia Municipal tem um papel importante. -----

Como tal, deve também de conhecer as dificuldades com que aquele Executivo se depara, porque os problemas que encontram e detetam são de todos os Senhores (as) Deputados (as), e de toda a Cidade. -----

Por isso, têm um diagnóstico neste momento feito e bem feito e algumas medidas pensadas enquanto não poderem contratar novo grupo de pessoas mais jovens para exercerem aquelas funções que são efetivamente pesadas. Assim, aproveitou para louvar desde já os trabalhadores e os dirigentes, principalmente daqueles setores, porque têm assumido com grande responsabilidade e têm conseguido fazer uma gestão racional daquelas questões. Concluiu dizendo que no momento estão a começar a implementar a questão da Medicina no Trabalho, e quando puderem farão novas contratações, sendo essas as soluções de momento. -----

--- Não havendo mais inscrições o **Senhor Presidente da Assembleia** passou à votação

do Ponto Cinco, o qual foi aprovado por unanimidade com quarenta votos a favor, sendo dezasseis do GMM, catorze do PPD/PSD, cinco do CDS/PP, três do PCP/PEV e dois dos Deputados Independentes.

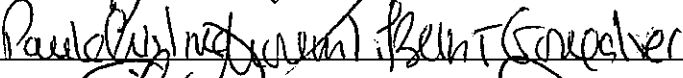
ENCERRAMENTO:


--- Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos.


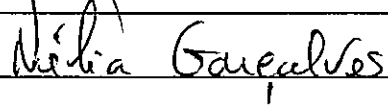
--- Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo dezasseis horas e vinte minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu-a por encerrada.

--- E de tudo para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e subscrita vai ser devidamente assinada.

--- O Presidente da Assembleia, 

--- A Primeira Secretária, 

--- O Segundo Secretário, 

--- Fui presente:  Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves,  Nélia Gonçalves